

## Relatório do Conselho de Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras. A Administração avaliou as normas emitidas pelo CPC e ainda não referendadas pela SUSEP e entende que a adoção destas normas, quando aprovadas pelo órgão regulador, não irá gerar efeitos significativos no resultado ou patrimônio líquido da Companhia. **Conjuntura econômica:** O ano de 2012 foi caracterizado por desaceleração do crescimento econômico, tanto na economia mundial, quanto na economia brasileira. Segundo estimativas do FMI, o PIB (Produto Interno Bruto) global deve ter se expandido cerca de 3%. A desaceleração das economias americana e chinesa explica boa parte do fraco desempenho da economia mundial no ano. A atividade e a economia brasileira teve crescimento modesto em 2012. Segundo as projeções do mercado, o PIB deve ter se expandido 1% no ano, dando sequência ao fraco resultado verificado em 2011, quando a economia cresceu 2,7%. O desempenho neste ano de 2012 foi reflexo da fraqueza da atividade industrial, devido à baixa competitividade do setor ante a concorrência externa. Além disso, o recuo dos investimentos diante das incertezas presentes no cenário internacional e o fraco crescimento doméstico também contribuíram para o crescimento abaixo da meta. As despesas com consumo, o motor da expansão econômica dos últimos anos, também perderam força em 2012. O elevado grau de endividamento das famílias e o consequente aumento da inadimplência (principalmente no setor automotivo) explicam a diminuição do ritmo de crescimento do consumo neste ano de 2012. Ante uma atividade econômica decepcionante, as autoridades governamentais utilizaram instrumentos para estimular a economia. Dentre estas, é importante citar: - a queda da taxa básica de juros (SELIC) para 7,25% ao final do ano, o menor patamar nominal da história recente; - isenções fiscais foram concedidas para setores produtores de bens de consumo duráveis (automóveis principalmente) e bens de capital; - a desvalorização do câmbio, buscando elevar a competitividade do setor industrial; e - a renúncia fiscal junto com a perda de receita decorrente do menor ritmo de atividade doméstica, resultou em redução do esforço fiscal em 2012. O superávit fiscal primário foi de 1,9% do Produto Interno Bruto em novembro, distante da meta de 3,1% prevista para o ano. O menor ritmo da atividade não foi acompanhado por semelhante arrefecimento inflacionário. O IPCA encerrou 2012 com alta de 5,8%, contra 6,5% apurada em 2011, ou seja, não refletindo ainda um ambiente de inflação contida. A inflação foi beneficiada por vários fatores como: i) a política de controle de preços dos combustíveis; ii) ausência de reajuste de ôniibus urbano em SP; iii) redução da tarifa de energia elétrica em importantes regiões metropolitanas; iv) reduções do IPI para linha branca, móveis e autos; v) mudança de ponderação do IPCA, promovida pelo IBGE; entre outros fatores. O comércio exterior brasileiro foi também prejudicado pela crise internacional, principalmente pelo menor crescimento do mercado chinês, que afetou negativamente as cotações das principais *commodities* exportadas pelo Brasil. As exportações recuaram ao longo de 2012, mas a fraca performance da demanda doméstica segurou as importações, permitindo que a balança comercial brasileira registrasse superávit de US\$ 19 bilhões no ano (US\$ 29 bilhões em 2011).

A entrada de recursos vindos do exterior também foi menor em 2012, mas suficiente para financiar o déficit em transações correntes. As reservas internacionais fecharam 2012 estáveis, em torno de US\$ 378 bilhões. Mesmo com um cenário externo adverso, alimentado pela aversão ao risco, o mercado de ações em geral fechou 2012 com ganho de 7,4%, atingindo 60.952 pontos (IBOVESPA). No mercado de câmbio, a ação do Banco Central em produzir um câmbio mais competitivo levou a cotação do dólar a subir de R\$ 1,85 no início do ano para R\$ 2,04 ao final de 2012, resultando em depreciação de 13,1% no ano. Para 2013, o mercado tem a expectativa de crescimento ao redor de 3,3%. Esta recuperação será reflexo dos efeitos da flexibilização monetária, câmbio mais depreciado, política fiscal expansionista e a aceleração dos investimentos, principalmente no âmbito do PAC. No que tange à inflação, há uma perspectiva de 5,7% para o IPCA em 2013. **Comentário sobre o desempenho:** No exercício findo em 31/12/2012, os prêmios emitidos líquidos, pela Companhia totalizaram R\$466,8 milhões. Os sinistros ocorridos somaram R\$242,6 milhões, representando 44,3% dos prêmios ganhos. As rendas de contribuições e prêmios de VGBL somaram R\$481,0 milhões com um incremento de 20,9% frente a 2011. As despesas administrativas, incluídas as despesas com tributos, totalizaram R\$87,3 milhões, e corresponderam a 15,9% dos prêmios ganhos. A Companhia apresentou, no ano de 2012, lucro de R\$78,2 milhões e seu patrimônio líquido atingiu R\$384,8 milhões. **Resultado do exercício de 2012 e proposta para sua destinação:**

	2012	2011
<b>R\$ milhões</b>		
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b> .....	<b>131,7</b>	<b>(18,8)</b>
(-) Impostos.....	(51,6)	9,3
(-) Participações.....	(1,9)	(2,3)
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	<b>78,2</b>	<b>(11,8)</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%).....	(3,9)	-
<b>Lucro líquido ajustado</b> .....	<b>74,3</b>	-
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
25% do lucro líquido ajustado.....	18,6	-
<b>Total dos dividendos propostos</b> .....	<b>18,6</b>	-
<b>Destinação:</b>		
<b>Constituição de reserva estatutária</b> .....	<b>55,7</b>	-

A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas demonstrações financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. A Companhia, no que se refere a avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários conforme determina a legislação securitária vigente, observa a política de análise e gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguro e previdência complementar. Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui intenção e capacidade de mantê-los até a data do respectivo vencimento são classificados na categoria mantidos até o vencimento. A Companhia é parte em acordo de acionistas celebrado em 10/05/2002 por seus controladores e o *ING Insurance International B.V.*, regulando, entre outros, a sua política de governança corporativa, as condições para alienação de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência para a sua aquisição e o exercício do direito de voto dos acionistas.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2013.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

Ativo	Notas	2011		Passivo	Notas	2011	
		2012	(Reclassificado)			2012	(Reclassificado)
<b>Ativo circulante</b> .....	-	<b>3.649.740</b>	<b>3.167.212</b>	<b>Passivo circulante</b> .....	-	<b>1.227.585</b>	<b>1.023.695</b>
Disponível.....	-	12.715	8.217	Contas a pagar.....	-	82.761	23.146
Caixa e bancos.....	6	12.715	8.217	Obrigações a pagar.....	12.1	23.823	6.978
Equivalentes de caixa.....	6	701.500	181.405	Impostos e encargos sociais a recolher.....	-	3.684	4.002
Aplicações.....	7	2.752.765	2.800.950	Encargos trabalhistas.....	-	1.606	1.615
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b> .....	-	<b>86.683</b>	<b>84.371</b>	Impostos e contribuições.....	12.2	41.242	1.306
Prêmios a receber.....	8	59.936	53.675	Outras contas a pagar.....	12.3	12.406	9.245
Operações com seguradoras.....	-	24.633	28.723	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b> .....	-	<b>50.913</b>	<b>42.363</b>
Operações com resseguradoras.....	9.1	2.114	1.973	Prêmios a restituir.....	-	1.347	1.141
<b>Créditos das operações com previdência complementar</b> .....	-	<b>11.245</b>	<b>8.203</b>	Operações com seguradoras.....	-	13.650	7.360
Valores a receber.....	-	9.042	8.196	Operações com resseguradoras.....	9.1	2.497	5.270
Créditos de resseguros.....	-	2.203	7	Corretores de seguros e resseguros.....	13	16.938	12.670
Outros créditos operacionais.....	-	2.340	1.739	Outros débitos operacionais.....	-	16.481	16.922
<b>Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas</b> .....	<b>9.2</b>	<b>4.377</b>	<b>4.144</b>	<b>Débitos de operações com previdência complementar</b> .....	-	<b>19.851</b>	<b>2.623</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b> .....	-	<b>35.981</b>	<b>41.598</b>	Débitos de resseguros.....	-	649	220
Títulos e créditos a receber.....	-	8.467	21.862	Outros débitos operacionais.....	-	19.202	2.403
Créditos tributários e previdenciários.....	10	16.499	9.875	Depósitos de terceiros.....	14	7.363	11.266
Outros créditos.....	17.1	11.015	9.861	<b>Provisões técnicas - Seguros</b> .....	-	<b>440.440</b>	<b>382.283</b>
<b>Outros valores e bens</b> .....	-	<b>13</b>	<b>13</b>	Danos.....	15.1	2.211	2.575
Bens a venda.....	-	13	13	Pessoas.....	15.1	191.556	190.354
<b>Despesas antecipadas</b> .....	-	<b>2.100</b>	<b>1.740</b>	<b>Vida individual</b> .....	15.1	<b>55.195</b>	<b>42.484</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b> .....	<b>11</b>	<b>40.021</b>	<b>34.832</b>	<b>Vida com cobertura de sobrevivência</b> .....	15.1	<b>191.478</b>	<b>146.870</b>
Seguros.....	-	33.860	29.981	<b>Provisões técnicas - Previdência complementar</b> .....	15.2	<b>613.204</b>	<b>554.167</b>
Previdência.....	-	6.161	4.851	<b>Planos não bloqueados</b> .....	-	<b>613.204</b>	<b>554.167</b>
<b>Ativo não circulante</b> .....	-	<b>1.205.694</b>	<b>1.126.477</b>	<b>Outros débitos</b> .....	-	<b>13.009</b>	<b>7.778</b>
<b>Realizável a longo prazo</b> .....	-	<b>1.200.704</b>	<b>1.120.445</b>	Provisões judiciais.....	18.2	13.009	7.778
<b>Aplicações</b> .....	<b>7</b>	<b>886.988</b>	<b>825.965</b>	<b>Débitos diversos</b> .....	-	<b>44</b>	<b>69</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b> .....	-	<b>128</b>	<b>109</b>	<b>Passivo não circulante</b> .....	-	<b>3.243.090</b>	<b>2.951.266</b>
Prêmios a receber.....	8	128	109	Contas a pagar.....	-	49.346	38.710
<b>Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas</b> .....	<b>9.2</b>	<b>2.665</b>	<b>3.570</b>	Obrigações a pagar.....	12.1	32.343	23.302
<b>Títulos e créditos a receber</b> .....	-	<b>273.944</b>	<b>252.476</b>	Tributos diferidos.....	10.1.2	13.701	11.906
Créditos tributários e previdenciários.....	10	123.477	133.273	Outras contas a pagar.....	12.3	3.302	3.502
Depósitos judiciais e fiscais.....	18.1	146.593	115.463	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b> .....	-	<b>15</b>	<b>14</b>
Outros créditos operacionais.....	-	3.874	3.740	Corretores de seguros e resseguros.....	13	15	14
<b>Outros valores e bens</b> .....	-	<b>1.071</b>	<b>1.071</b>	<b>Provisões técnicas - Seguros</b> .....	-	<b>922.540</b>	<b>836.034</b>
<b>Despesas antecipadas</b> .....	-	<b>3.041</b>	<b>2.778</b>	<b>Pessoas</b> .....	15.1	<b>154.420</b>	<b>241.773</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b> .....	<b>11</b>	<b>32.867</b>	<b>34.476</b>	<b>Vida individual</b> .....	15.1	<b>13.122</b>	<b>12.607</b>
Seguros.....	-	28.080	30.836	<b>Vida com cobertura de sobrevivência</b> .....	15.1	<b>754.998</b>	<b>581.654</b>
Previdência.....	-	4.787	3.640	<b>Provisões técnicas - Previdência complementar</b> .....	15.2	<b>2.182.739</b>	<b>2.000.619</b>
<b>Imobilizado</b> .....	-	<b>1.892</b>	<b>2.061</b>	<b>Planos não bloqueados</b> .....	-	<b>2.182.739</b>	<b>2.000.619</b>
Bens móveis.....	-	642	599	<b>Outros débitos</b> .....	-	<b>88.450</b>	<b>75.846</b>
Outras imobilizações.....	-	1.250	1.462	Provisões judiciais.....	18.2	88.450	75.846
<b>Intangível</b> .....	-	<b>3.098</b>	<b>3.971</b>	<b>Débitos diversos</b> .....	-	<b>-</b>	<b>43</b>
Outros intangíveis.....	-	3.098	3.971	<b>Patrimônio líquido</b> .....	<b>19</b>	<b>384.758</b>	<b>318.728</b>
<b>Total do ativo</b> .....		<b>4.855.433</b>	<b>4.293.689</b>	Capital social.....	-	227.551	227.551
				Reservas de lucros.....	-	150.190	90.558
				Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	7.017	6.619
				<b>Total do passivo</b> .....		<b>4.855.433</b>	<b>4.293.689</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucro	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 01/01/2011</b> .....	<b>162.551</b>	<b>6.730</b>	<b>95.902</b>	<b>102.632</b>	<b>60</b>	<b>-</b>	<b>265.243</b>
Aumento de capital conforme AGE de 30/05/2011, aprovado pela Portaria SUSEP/CGRAT nº 1.250 de 22/07/2011.....	65.000	-	-	-	-	-	65.000
Outros.....	-	-	(300)	(300)	-	-	(300)
<b>Títulos e valores mobiliários</b> .....	-	-	-	-	<b>559</b>	-	<b>559</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b> .....	-	-	-	-	-	<b>(11.774)</b>	<b>(11.774)</b>
Compensação de prejuízos acumulados.....	-	-	(11.774)	(11.774)	-	11.774	-
<b>Saldos em 31/12/2011</b> .....	<b>227.551</b>	<b>6.730</b>	<b>83.828</b>	<b>90.558</b>	<b>619</b>	<b>-</b>	<b>318.728</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b> .....	-	-	-	-	<b>6.398</b>	-	<b>6.398</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b> .....	-	-	-	-	-	<b>78.206</b>	<b>78.206</b>
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>							
Reserva legal.....	-	3.910	-	3.910	-	(3.910)	-
Reserva estatutária.....	-	-	55.722	55.722	-	(55.722)	-
Dividendos obrigatórios - R\$0,6268 por lote de ação.....	-	-	-	-	-	(18.574)	(18.574)
<b>Saldos em 31/12/2012</b> .....	<b>227.551</b>	<b>10.640</b>	<b>139.550</b>	<b>150.190</b>	<b>7.017</b>	<b>-</b>	<b>384.758</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional:** A **SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A.**, denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de pessoas e planos de previdência privada aberta e que tem como principais acionistas, a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA. SAÚDE", que detém a participação de 80,62%, e a Sul América Seguro Saúde S.A., denominada "SAÚDE", com 19,38% de participação. A Sul América S.A., denominada "SASA" tem como principais acionistas a Sulapap Participações S.A., com 60,13% das ações ordinárias e 33,47% de participação total, e a *ING Insurance International B.V.*, com 12,93% das ações ordinárias e 32,46% das ações preferenciais e 21,59% de participação total. Nessas demonstrações financeiras o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA e suas controladas.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras. A Administração avaliou as normas emitidas pelo CPC e ainda não referendadas pela SUSEP e entende que a adoção destas normas, quando aprovadas pelo órgão regulador, não irá gerar efeitos significativos no resultado ou patrimônio líquido da Companhia. As demonstrações financeiras comparativas de 2011 foram reclassificadas para atender a Circular SUSEP nº 430/2012, emitida em 05/03/2012. A única alteração ocorreu nas contas patrimoniais e refere-se à reclassificação da subconta "Outros Créditos operacionais" para o nível de conta, removendo-a do grupo de contas "Crédito das Operações com Seguros e Resseguros". O valor em 2011 é de R\$1.739. A Circular SUSEP nº 430/2012 não produziu efeitos no resultado. A Administração da Companhia julgou que o impacto dessa reclassificação nas demonstrações financeiras em 01/01/2011 não é relevante, pois não afeta o capital circulante líquido e o patrimônio líquido e, portanto, não é significativa para a compreensão dessas demonstrações financeiras, não sendo necessária a apresentação do balanço patrimonial reclassificado para aquela data. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/02/2013.

**2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Caixa e equivalentes de caixa (nota 6);

• Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 7); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 7).

**2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

**3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

**3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

**3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Os prêmios de seguros são reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas. Os prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são calculados atuarialmente; • As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) e os prêmios de seguros de renda de contribuições e prêmios quando ocorre seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do exercício; • Os agenciamentos e demais custos diferidos (INSS sobre comissão de corretagem, inspeção de risco, bônus de produção, custos terceiros e despesa de pessoal) referentes aos produtos de seguros de previdência são diferidos e amortizados pelo prazo médio da permanência dos segurados em carteira, considerando-se a expectativa de cancelamento ou não renovação das apólices. Para os demais seguros de pessoas, o diferimento do agenciamento e comissão, bem como os demais custos diferidos, é efetuado com base no prazo de vigência dos contratos de seguros. Os custos de aquisição mencionados são inicialmente diferidos na rubrica "Custos de Aquisição Diferidos" no ativo circulante e não circulante e amortizados no resultado do período na rubrica "Custos de Aquisição"; e • Os sinistros são refletidos nos resultados com base na metodologia conhecida como *IBNP (Incurred But Not Paid)* que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os benefícios proporcionados pelos planos de previdência de benefício definido são reconhecidos, em bases estimadas em métodos e cálculos atuariais, ao longo da vigência das operações. Os sinistros incluem as indenizações e despesas estimadas a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis aos sinistros considerados individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expense - ALAE*), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros, mas não diretamente alocáveis (*Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE*).

**3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização

## Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2012		2011	
		2012	2011	2012	2011
<b>Prêmios emitidos</b> .....	<b>4.4.3</b>	<b>466.765</b>	<b>454.266</b>		
<b>Contribuição para cobertura de riscos</b> .....	-	<b>15.544</b>	<b>15.768</b>		
<b>Variações das provisões técnicas de prêmios</b> .....	-	<b>66.009</b>	<b>(116.121)</b>		
<b>Prêmios ganhos</b> .....	<b>20.1</b>	<b>548.318</b>	<b>353.913</b>		
<b>Sinistros ocorridos</b> .....	<b>20.2</b>	<b>(242.647)</b>	<b>(225.122)</b>		
<b>Custos de aquisição</b> .....	<b>20.3</b>	<b>(129.313)</b>	<b>(111.614)</b>		
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b> .....	<b>20.4</b>	<b>(52.581)</b>	<b>(49.398)</b>		
<b>Resultado com operações de resseguro</b> .....	<b>20.5</b>	<b>(13.134)</b>	<b>(6.209)</b>		
Receita com resseguro.....	-	1.043	7.614		
Despesa com resseguro.....	-	(14.177)	(13.823)		
<b>Rendas de contribuições e prêmios</b> .....	<b>20.6</b>	<b>480.965</b>	<b>397.849</b>		
<b>Constituição da provisão de benefícios a conceder</b> .....	<b>20.6</b>	<b>(410.194)</b>	<b>(378.233)</b>		

• **Derivativos:** São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por opções e contratos futuros sendo mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, utilizados para administrar a exposição em relação à flutuação das taxas de juros. São contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações efetivas reconhecidas diretamente no resultado (vide nota 5). **3.2.2. Disponível para a venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “empréstimos e recebíveis” ou “mantidos até o vencimento” são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes feitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3 Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. **3.4. Redução ao valor recuperável (Impairment):** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros, reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas reais as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas se as provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. • **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo, anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na database das demonstrações financeiras. A ativação do imposto de renda e de contribuição social diferidos são estabelecidas levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em orçamentos elaborados e aprovados para o período de 10 anos. **3.6. Ativos, passivos circulantes e não circulantes de operações de seguros, resseguros e previdência:** Os ativos e passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, descontados, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a database das demonstrações financeiras. **3.6.1. Provisões técnicas de contratos de seguros, resseguros e previdência:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: **(a) Provisões para prêmios não ganhos (PPNG):** A PPNG é constituída pelo método *pro rata die*, tendo como base a divisão dos prêmios pelo número de dias de cobertura total, multiplicados pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer. **(b) Provisão para prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE):** A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É calculada a partir da multiplicação do prêmio mensal emitido pelo fator esperado de atraso. O fator esperado de atraso é calculado com base na média ponderada histórica entre o prêmio emitido em atraso e o prêmio emitido em cada database. **(c) Provisão de riscos não expirados (PRNE):** A PRNE é constituída pelo método *pro rata die*, tendo como base o prêmio de seguro ou a contribuição de previdência líquida de carregamento, divididos pelo número de dias de cobertura total, multiplicado pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de vida individual e previdência complementar. **(d) Provisão de riscos não expirados para riscos vigentes mas não recebidos (PRNE-RVNR):** A PRNE-RVNR é constituída para apurar a parcela de prêmios e de contribuições ainda não recebidos relativos às apólices, contratos e certificados ainda não emitidos cujos riscos já estão vigentes. É calculada a partir da multiplicação do prêmio e da contribuição pelo fator esperado de atraso. O fator esperado de atraso é calculado com base na média ponderada histórica de atrasos de recebimentos de acordo com a avaliação atuarial efetuada na data das demonstrações financeiras para os contratos de seguros de vida individual e de previdência complementar. **(e) Provisão complementar de prêmios (PCP):** A PCP foi instituída pelo CNSP para os contratos de seguros e benefícios de risco de previdência complementar. Para os contratos de seguro de pessoas, esta provisão é igual ao máximo entre 0 (zero) e a diferença entre a média dos valores de provisão de prêmios não ganhos apurados diariamente no mês de sua constituição e a provisão de prêmios não ganhos constituída no final do respectivo mês. Para os contratos de seguros de vida individual e de benefícios de risco de previdência complementar, esta provisão é igual ao máximo entre 0 (zero) e a diferença entre a média dos valores de provisão de riscos não expirados apurados diariamente no mês de sua constituição e a provisão de riscos não expirados constituída no final do respectivo mês. **(f) Provisão de sinistros a liquidar (PSL):** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a database das demonstrações financeiras, compreendendo o valor dos sinistros avisados, adicionada da ALAE. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na metodologia conhecida como IBNP que considera a estimativa de sinistralidade ao final do período de cobertura nos contratos de seguro em vigência. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR (*Incurred But Not Reported*). Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Para os seguros de pessoas, o desenvolvimento histórico observado é de 140 meses. O IBNR é calculado conforme a descrição na nota 3.5.1 item i). Adicionalmente à PSL, a Companhia passou a provisionar as despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente, denominadas ULAE. A ULAE para os ramos de pessoas é apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL. **(g) Provisão de sinistros a liquidar em processos judiciais:** As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração considerando a estimativa de perda que pode ser classificada como provável, possível ou remota. No caso de processos judiciais considerados semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, a provisão de sinistros a liquidar leva ainda em consideração fatores específicos calculados tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 0,78% ao mês. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica “Provisões Técnicas - Seguros”, no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais” no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. **(h) Provisão de benefícios a regularizar (PBAR):** A PBAR relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual corresponde ao total dos benefícios de pecúlios e rendas vencidos e não pagos aos participantes e beneficiários calculados com base nos avisos recebidos em decorrência de eventos já ocorridos, incluindo atualização monetária. Para os contratos de seguros de vida individual com regime de repartição simples, a PBAR é ajustada com base em cálculos estatístico-atuariais. Tais cálculos se baseiam na estimativa final de IBNP, calculada com base em métodos estatísticos conhecidos como triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos pagamentos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência de sinistros. O desenvolvimento histórico observado é de 140 meses. Tomando-se a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos e subtraindo-se a estimativa final de sinistros ocorridos mas não avisados, obtém-se o valor estatístico de ajuste, que se refere ao desenvolvimento futuro dos sinistros já ocorridos, e que é proporcionalmente registrado parte como ajuste da PBAR e parte como ajuste de IBNR. **(i) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR):** Para o ramo de seguro de pessoas, exceto para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e benefícios de risco de previdência complementar, a IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a database das demonstrações financeiras e é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, adicionada das ALAE. A IBNR é calculada com base em métodos estatísticos-atuariais, conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

Para o ramo de pessoas, o desenvolvimento é apurado por montante de sinistros, e é observado o histórico de 140 meses. Além da estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, é adicionalmente registrado na provisão de IBNR o valor de ajuste referente ao desenvolvimento futuro de sinistros já ocorridos. Tal ajuste é calculado conforme descrito na nota 3.5.1 (f). Para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e para os contratos de benefícios de risco de previdência complementar, como não se tem experiência interna histórica representativa, a provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é calculada a partir da aplicação de percentuais estabelecidos pela legislação vigente no somatório das contribuições ou prêmios e no somatório dos benefícios pagos ou sinistros pagos nos últimos 12 meses. A IBNR é apurada considerando tanto as despesas diretamente alocáveis aos sinistros (ALAE), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros mas não diretamente alocáveis (ULAE). A ULAE da IBNR é calculada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicado a quantidade estimada de sinistros IBNR. **(j) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) - Judicial:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial à Companhia, independentemente do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização. A IBNR relacionada a sinistros judiciais é constituída com base em métodos matemáticos, considerando o histórico de pagamento de até 60 meses, que compreendem os: (i) Períodos médios históricos observados entre a data de negativa do sinistro e a data de cadastro da citação e entre a data de ocorrência do sinistro e a data da citação; (ii) Percentuais de históricos de solicitações de indenizações indeferidas, administrativamente, nos quais a experiência histórica demonstrou desembolso posterior na esfera judicial, e o percentual de sinistros daqueles que entraram diretamente na justiça, nesses mesmos períodos, resultando na quantidade estimada de desembolsos futuros na esfera judicial; (iii) Valor médio dos sinistros judiciais registrados na rubrica “Provisões Técnicas - Seguros”, resultando no valor médio das causas. **(k) Provisão matemática de benefícios a liquidar (PMBAC):** A PMBAC é relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual no regime de capitalização e abrange os compromissos assumidos com os participantes/segurados enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. A PMBAC é calculada com base nas movimentações financeiras de cada participante. A alocação contábil no passivo circulante e não circulante tem como base o fluxo de caixa projetado de benefícios a pagar para os próximos exercícios, que considera premissas atuariais, tais como tábuas de mortalidade, taxas de cancelamento e idade de entrada em aposentadoria. **(l) Provisão matemática de benefícios concedidos (PMBIC):** A PMBIC é relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual no regime de capitalização e corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. A PMBIC relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual no regime de capitalização é calculada com base na expectativa de benefícios futuros, descontada para a database das demonstrações financeiras, dos participantes que já estão em fase de recebimento do benefício, estimada a partir das garantias contratadas de tábuas de mortalidade e de juros. **(m) Provisão de excedentes financeiros (PEF):** A PEF é constituída para os contratos de previdência complementar que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato. **(n) Provisão de oscilação de riscos (POR):** A POR tem como objetivo reduzir o risco de eventuais oscilações no volume dos sinistros dos contratos de previdência complementar. A POR é calculada de forma estocástica, com base na experiência histórica das oscilações de sinistralidade, projetando-se os 30.000 possíveis cenários de sinistralidade e observando-se a possível necessidade de provisão adicional para cada um dos cenários. A POR corresponde à soma de tais provisões adicionais necessárias para os 29.700 cenários mais prováveis, garantindo assim provisão suficiente para reduzir a probabilidade de ruína da carteira a 1%. **(o) Provisão para despesas administrativas (PDA):** A PDA é constituída para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios futuros em função de eventos ocorridos e a ocorrer para os contratos de previdência complementar. A PDA é calculada com base nas despesas administrativas estimadas para os pagamentos de futuros benefícios descontadas para a database das demonstrações financeiras. Para isso, projeta-se o fluxo de pagamentos esperados, incluindo premissas de persistência média dos participantes na carteira, utilização da tábuas de sobrevivência BR-EMS e de entrada em fase de concessão de benefícios. **(p) Provisão de oscilação financeira (POF):** A POF é constituída para as operações de previdência complementar conhecidas como “Planos Tradicionais”. A POF é contabilizada, quando necessária, na rubrica “Provisões Técnicas - Previdência Complementar”, no passivo não circulante, e é calculada com o objetivo de dar cobertura a eventuais desvios futuros entre o índice de inflação estabelecido no contrato e a variação anual dos benefícios de aposentadoria pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), conforme condições específicas de contrato coletivo mantido pela Companhia. A metodologia considera a taxa de juros de acordo com a garantia mínima definida e cenários estocásticos de índices de inflação, dos quais 100 possíveis cenários econômicos são projetados. A POF é equivalente ao somatório de tais reservas adicionais para os 50 casos mais prováveis, garantindo assim uma reserva suficiente para o melhor cenário. No estudo, a POF só apresentou valor a partir do 87º percentil, garantindo a segurança da reserva. **(q) Provisão de insuficiência de prêmios (PIP):** A provisão visa cobrir possíveis insuficiências dos prêmios dos contratos em vigor ao arcar com os compromissos futuros assumidos nestes contratos. Foi realizada uma análise através da projeção de um fluxo de caixa futuro considerando os contratos vigentes na data de balanço e premissas atuariais correntes. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa livre de risco. Quando aplicável, as deficiências encontradas são contabilizadas. Os contratos foram agrupados segundo a natureza dos riscos cobertos conforme classificação definida pela SUSEP. **(r) Provisão de insuficiência de contribuições (PIC):** A PIC visa cobrir possíveis deficiências das provisões matemáticas de benefícios a receber, de benefícios concedidos e da provisão de riscos não expirados em relação à estimativa atualizada dos valores a pagar, considerando os compromissos contratuais assumidos. Tais deficiências são apuradas através de cálculos que levam em consideração a projeção dos fluxos de recebimento de contribuições e de pagamento de benefícios e despesas associadas. Para a elaboração das projeções, são considerados pressupostos e premissas, sendo as mais importantes, a mortalidade das presenças, apurada com base na tábuas de mortalidade BR-EMS *Male*, a persistência esperada dos participantes na carteira e a idade de entrada em aposentadoria. A PIC é constituída quando o saldo das provisões se mostra insuficiente para fazer frente ao valor do fluxo projetado esperado de entradas e saídas de recursos financeiros descontados a valor presente para a database do cálculo. **3.7. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** O CPC 11 requer que as seguradoras que emitam contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais atuais para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. As estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a database do teste, sendo brutas de resseguro. Os fluxos de caixa dos prêmios e contribuições futuras foram segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios e contribuições registradas, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas (exceto PIP e PIC) na database, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na estrutura a termo da taxa de juros divulgada pela SUSEP. A tábuas de previdência, para estimativa de sobrevivência foi utilizada a tábuas de mortalidade BR-EMS e para as estimativas de conversão em renda vitalícia, cancelamento e resgate foram utilizados dados de 3 anos de experiência da Companhia. Ainda no caso dos contratos de previdência, os fluxos de caixa relacionados a contribuições registradas, descontados, o valor presente com base na estrutura a termo da taxa de juros, resultaram em um valor de R\$ 302.666 de insuficiência, entretanto, deduzindo do valor apurado a diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos garantidores das provisões técnicas, classificados como mantidos até o vencimento, que representa um montante de R\$372.069, não há necessidade de substituição adicional. Os fluxos de caixa relacionados a contribuições futuras demonstraram uma suficiência de R\$ 249.881. A Companhia manteve os procedimentos, métodos, pressupostos e premissas utilizadas no cálculo da PIC usando a prerrogativa de utilizar o cálculo mais conservador. O valor contabilizado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 113.849. A Circular SUSEP Nº 457 alterou o grupamento de ramos de seguros utilizado no cálculo do LAT, estabelecido pela Circular SUSEP Nº 410. Na aplicação desse novo grupamento a Companhia teve uma redução na PIP de R\$4.062. Quando aplicável, deficiências encontradas no Teste de Adequação são contabilizadas no resultado. **3.8. Provisões para ações judiciais:** **3.8.1. Cíveis e trabalhistas:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis não relacionados a indenizações contratuais, reclamações trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. No caso dos processos judiciais trabalhistas e cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco (provável, possível ou remota), os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 0,78% ao mês nos processos cíveis e pela TR e juros de 0,78% ao mês nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica “Provisões Judiciais”. Os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil não relacionadas às indenizações

contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica “Outras Contas a Pagar”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais” e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis, e TR e juros de 12% ao ano para os depósitos judiciais trabalhistas, conforme legislação vigente. **3.8.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal provisionadas estão contabilizados na rubrica “Contas a Pagar - Obrigações a Pagar”, no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica “Provisões Judiciais”, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.9. Benefícios pós-emprego:** O benefício conforme o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. **3.10. Pagamento com base em ações:** A Companhia remunera os dirigentes com ações da SASA e o plano é precificado com base no modelo *Black-Scholes* para as opções simples, para os programas de 2008 a 2010, e no modelo binomial para as opções simples emitidas nos programas de 2011 e 2012. O valor justo do Plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica “Despesas Administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras Contas a Pagar”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pela remuneração em ações, feitas a seus empregados (vide nota 16.2). **3.11. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.12. Contratos de seguro:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um “contrato de seguro”. A Administração analisou seus negócios com “contrato de seguro” e suas operações caracterizam-se como “contrato de seguro”. Nesta análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. **3.13. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a administração das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, provisões técnicas, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletido na provisão para ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletido na provisão para ações judiciais, e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo dos equivalentes de caixa (nota 6); • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 7); • Custos de aquisição diferidos (nota 11); • Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 15); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 10.1.2); e • Ações judiciais (nota 18.3). **3.14. Normas emitidas e ainda não adotadas:** Diversas normas e emendas a normas IFRS, emitidas pelo IASB, não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2012. Para algumas delas, o CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes. A adoção antecipada destas normas pela Companhia está condicionada a aprovação prévia pela SUSEP. São as normas: • **Revisadas: (a) IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis (Presentation of financial statements):** Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma que esclarece os requisitos para as informações comparativas. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(b) IAS 16 - Ativo imobilizado (Property, plant and equipment):** Em maio de 2012, houve uma revisão desta norma que classifica equipamentos de manutenção. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(c) IAS 19/CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (Employee benefits):** Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(d) IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation):** Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma que trata sobre a compensação de ativos e passivos financeiros. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2014. Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma, esclarecendo que os efeitos fiscais na distribuição de instrumentos patrimoniais aos seus titulares devem ser contabilizados de acordo com o IAS 12. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(e) IAS 34 - Demonstração intermediária (Interim financial reporting):** Em dezembro de 2011, houve mais uma revisão desta norma, que trata da informação por segmento de ativos e passivos totais em consonância com os requisitos do IFRS 8. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(f) IFRS 7 / CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação (Financial Instruments: Disclosures):** Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma exigindo divulgações mais extensas de ativos financeiros desconhecidos ou não. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. • **Novas: (a) IFRS 9 - Instrumentos financeiros (Financial Instruments):** Em outubro de 2010, a mensuração da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01/01/2013. No entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo *macro hedging*), que colocaram em dúvida se esta data era apropriada, o comitê do IASB adiou a data de implementação obrigatória para 01/01/2015. **(b) IFRS 11 / CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (Joint arrangements):** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o princípio de que uma das partes em um acordo conjunto determina o tipo de arranjo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e contas por esses direitos e obrigações de acordo com esse tipo de arranjo conjunto, sendo que um arranjo comum é definido quando duas ou mais partes possuem o controle em conjunto. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. **(c) IFRS 12/CPC 45 - Divulgação de participação em outras entidades (Disclosure of interests in other entities):** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de exigir divulgação que permita aos usuários de demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades, os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Este IFRS é obrigatório para uma entidade que tem interesse em subsidiárias, acordos conjuntos (operações conjuntas ou *joint ventures*), associados e entidades estruturadas não consolidadas. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. **(d) IFRS 13/CPC 46 - Mensuração do valor justo (Fair value measurement):** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de definir “valor justo” em um IFRS específico onde divulgações sobre o valor justo são requeridas, de forma especializada. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. Exceto quanto a IFRS 9, cujo impacto ainda está sendo avaliado, a Companhia analisou as novas normas e revisões e julga que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras na adoção das normas acima mencionadas. **4. Gestão de riscos:** A gestão de riscos corporativos se concentra em cinco aspectos principais: • Controlar o impacto dos eventos negativos; • Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos; • Buscar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor para o acionista; • Alinhar o apetite de risco da organização com as estratégias adotadas; e • Prover melhorias de alocação de capital. Para definir as estratégias da Gestão Corporativa de Riscos, foi constituído o Comitê de Riscos Corporativos (CoR) formado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente de Controle e Relações com Investidores, Diretor de Riscos e Atuação e Vice-Presidentes das Unidades de Negócios. O CoR é um fórum colegiado, com visão integrada dos riscos a que estão sujeitas a SulAmérica, bem como da interdependência entre as várias categorias de riscos. O CoR tem as seguintes atribuições: • Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos; • Alinhar o apetite de risco com a estratégia da organização; • Suportar a gestão estratégica de riscos da organização para melhorar a alocação do capital; • Reportar ao Conselho de Administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes; e • Aprovar os níveis de retenção de risco por ramo de seguro e mudanças significativas nas políticas de subscrição, além dos contratos de resseguro. **4.1. Atribuição de responsabilidades pela gestão de riscos corporativos:** O Conselho de Administração executa a importante atividade de supervisão do Gerenciamento de Riscos da Organização, mantendo-se ciente e de acordo com os níveis de tolerância a riscos definido pelo CoR. O CoR tem a responsabilidade de periodicamente rever as estratégias globais dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para esses riscos (tolerância a riscos). Os direcionamentos estabelecidos são aplicados em cada unidade de negócio (*Business Unit* - BU), que deverão apoiar a filosofia da gestão de riscos, administrando-os dentro de suas esferas de responsabilidades. Esse apoio possibilitará que os demais níveis gerenciais conheçam e utilizem essa tolerância aos riscos de acordo com as políticas e normas estabelecidas. **4.2. Sistema de controles internos e gestão de riscos corporativos:** A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais é um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, tem levado em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. O Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos é baseado nesta metodologia, que concebe o Sistema de Controles Internos como resultado de ações estruturadas, segundo oito componentes que inter-relacionados constituem a base para uma estrutura integrada de riscos (*ERM - Enterprise Risk Management*). O ERM pode ser percebido sob duas formas: para satisfazer as necessidades de controles internos e como um sistema completo, abrangente e integrado de gerenciamento de riscos.

Os componentes constituintes da base para a estrutura integrada de riscos estão definidos a seguir:

- Ambiente interno:** Nível de conscientização e cultura da organização a respeito da necessidade do gerenciamento de riscos e controles. É a base para todos os outros componentes do gerenciamento de riscos corporativos, propiciando o método pelo qual os riscos são identificados e abordados por seus colaboradores. Compreende a integridade e os valores éticos, as práticas de conduta, estrutura organizacional, aspectos de governança, atribuição de responsabilidades e políticas de recursos humanos. Reflete as atitudes da administração, cuidados e ações relacionadas à estabilidade e a boa execução dos processos organizacionais.
- Definição de objetivos:** O processo que define as estratégias deve permitir que estes se deem de forma integrada à missão e a visão da SulAmérica, a partir do estabelecimento de objetivos ajustados ao apetite de risco, o qual direciona os níveis de tolerância aos riscos.
- Identificação de eventos:** Os eventos externos e internos que possam afetar o cumprimento dos objetivos devem ser identificados como riscos ou oportunidades.
- Avaliação dos riscos:** A avaliação dos riscos relevantes se dá sob duas perspectivas: quantitativa e/ou qualitativa. No enfoque quantitativo, são utilizados modelos para avaliação das eventuais perdas esperadas e inesperadas. Pelo enfoque qualitativo, os riscos são avaliados com base no eventual impacto e na probabilidade para indicar o grau de exposição ao risco para o alcance dos objetivos.
- Resposta ao risco:** No processo de gestão de riscos devem ser identificadas e avaliadas as opções de respostas ao risco (evitar, aceitar, mitigar, compartilhar ou transferir) implementando ações para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite de risco, mantendo-os em níveis aceitáveis.
- Atividades de controle:** Políticas e procedimentos internos devem ser definidos e implementados pela Alta Administração, para ajudar e garantir que as respostas aos riscos foram corretamente realizadas, de forma que os objetivos estratégicos e operacionais sejam alcançados. A avaliação do melhor tipo de controle deve pressupor os volumes envolvidos, a relevância, a complexidade das operações, o risco analisado e as prioridades estratégicas definidas.
- Informação e comunicação:** A Comunicação deve ser eficaz, ocorrendo de forma que todas as atividades possam ser abrangidas. As informações relevantes devem ser identificadas, coletadas na forma e nos prazos necessários para que todos executem suas tarefas corretamente e tempestivamente. Os riscos e não conformidades devem ser reportados adequadamente para formulação de planos de ação.
- Monitoramento:** A gestão de riscos corporativos deve ser monitorada através de atividades gerenciais contínuas e em âmbito corporativo por avaliações independentes, por auditorias internas ou externas (periódicas ou especiais) e os pontos identificados de não conformidade comunicados à Alta Administração.

**4.3. Concentração das operações:** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos de vida e previdência estão concentradas na região sudeste. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios diretos por região e por classe de negócio.

Região	Vida em grupo		Pessoas		Previdência		Outros	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Sudeste	68,0%	63,7%	46,7%	63,7%	76,2%	77,5%	64,3%	64,6%
Norte	2,5%	2,3%	2,2%	1,3%	1,9%	1,7%	2,1%	2,1%
Nordeste	12,6%	14,2%	8,2%	5,1%	9,2%	9,4%	13,6%	13,8%
Centro-Oeste	3,5%	4,0%	6,0%	3,3%	2,1%	2,1%	2,3%	2,3%
Sul	13,4%	15,8%	36,9%	26,6%	10,6%	9,3%	17,7%	17,2%
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

**4.4. Descrição dos riscos e gestão dos riscos nas operações:** O Gerenciamento de Riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Crédito, Mercado, Subscrição, Operacional, Estratégico e Legal e Compliance. Nos produtos de Previdência dos tipos PGBL e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), fase de acumulação, o risco assumido é do participante, desta forma, as avaliações abaixo sobre os riscos de subscrição, crédito e mercado não consideram esta parte da carteira.

**4.4.1. Risco de crédito:** É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos às instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, e ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas.

**Aplicações financeiras - Política de investimentos:** A Política de Investimentos estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da SulAmérica de cumprir suas obrigações. No gerenciamento do risco de crédito relativo às aplicações financeiras em ativos de crédito privado, o Comitê de Crédito efetua a análise das emissões com base em aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "score" ("rating" interno) e o limite para alocação na emissão. Tal limite deverá estar enquadrado nas regras de diversificação e concentração estabelecidas pela Política de Investimentos. Os limites de exposição são monitorados e avaliados de forma consolidada, regularmente pela empresa gestora dos investimentos (nota 4.4.2) e pela área financeira. Os ativos são segregados e constituídos tomando por base: o objetivo, características, obrigações, restrições (exemplo: carteira para cobertura de reservas técnicas, carteira de gerenciamento de ativos e passivos (ALM), carteira de capital de giro, etc.) É esperado que cada carteira, levando em consideração suas particularidades, busque maximizar a rentabilidade dos ativos, mas também mitigar os riscos de descasamento entre os ativos e passivos das controladas (ALM), quando necessário. Consequentemente, espera-se um balanceamento na relação risco x retorno, casamentos de fluxos de caixa entre ativos e passivos e a obtenção de investimentos eficientes, levando em consideração os compromissos assumidos. A formalização dos termos e condições que o gestor deverá observar na gestão de cada carteira é realizada através do Mandato de Investimentos, definido com base na Política de Investimento e na legislação vigente, que deve contemplar pelo menos: (i) objetivo; (ii) meta de rentabilidade; (iii) limite de risco; (iv) prazo de ativos; (v) liquidez de ativos; (vi) restrições específicas; e (vii) restrições gerais. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias (incluindo o carteira de ALM que permanentemente também é monitorado e discutido em comitê específico) de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódico. Os gráficos a seguir apresentam a distribuição dos investimentos por rating, onde 97% do total de aplicações financeiras em 31/12/2012 (99,2% em 2011), contemplando as operações compromissadas dos fundos de investimentos exclusivos, que para fins de divulgação das demonstrações financeiras estão apresentadas na rubrica "Equivalentes de caixa", porém não contemplando os investimentos decorrentes de contribuições dos planos de previdência PGBL e VGBL, que totalizaram R\$2,7 bilhões em 31/12/2012 (R\$2,3 bilhões em 2011), estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos).



**Operações de seguro:** Com relação ao risco de não recebimento dos prêmios a receber, a política de crédito considera a peculiaridade da operação, orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. São estabelecidos limites de alçadas para a concessão dos riscos que contemplam também a análise do histórico de crédito do segurado e a exposição ao risco em cada operação. A gestão do risco de crédito também leva em consideração, no monitoramento da inadimplência, o acompanhamento da redução ao valor recuperável (Impairment) dos prêmios a receber.

**Operações de resseguro:** Para fins de contratação dos resseguros é observado o risco de crédito sob os seguintes aspectos: cessão máxima, exposição total ao risco de crédito do ressegurador, limite de cessão por rating e limite de crédito por ressegurador. A aceitação de qualquer contrato de resseguro segue as normas internas definidas pelo CoR. A aprovação do contrato deve ser feita pelo CoR e qualquer exceção a política ao que se refere a riscos de crédito, deverá ser tratada como uma solicitação especial a ser enviada para a análise do Comitê ou a quem esse Comitê delegar a autoridade da decisão. Para o acompanhamento do risco de crédito de resseguro, mensalmente são produzidos relatórios com uma listagem indicando a exposição de risco de crédito dos resseguradores que já estejam operando e a exposição adicional que poderá ocorrer, conforme definido nas normas e a alocação de resseguro. O CoR pode solicitar a qualquer momento mudanças estratégicas na exposição ao risco de crédito em consequência da análise destes relatórios. A exposição total a risco de crédito de operações de resseguro considera além dos ativos de resseguro, todo e qualquer valor que possa impactar a Companhia em caso de falência do ressegurador, como por exemplo, o capital regulatório de subscrição adicional que a Companhia deveria constituir caso os resseguradores não honrassem as suas obrigações. A exposição em 31/12/2012 é de R\$13.320 (R\$12.707 em 2011).

Ramos	2012	2011
Vida em grupo	2.347	6.542
Pessoas demais	512	60
Previdência	10.362	4.671
Outros	99	1.434
<b>Total</b>	<b>13.320</b>	<b>12.707</b>

  

Classe	Categoria de risco	Exposição	%	Exposição	%
Local	A-	6.305	47,3%	9.745	76,7%
Local	-	7.015	52,7%	2.962	23,3%
		<b>13.320</b>	<b>100%</b>	<b>12.707</b>	<b>100%</b>

**Ressegurador local: Sediado no País.**

**4.4.2. Risco de mercado:** É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, commodities, etc.), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros, risco de liquidez, risco em câmbio, risco de derivativos, risco em ações e risco de inflação. As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: • Processo de gerenciamento de ativos e passivos (ALM - Assets and Liabilities Management) monitorado regularmente pelo ALCO (Assets and Liabilities

Committee); • Elaboração de Mandatos de Investimentos, onde são considerados os seguintes aspectos: perfil dos negócios, estudos atuariais e aspectos de liquidez; • Instrumentos derivativos para diminuir os impactos da taxa de juros; • Limites máximos de VaR (Value at Risk); • Limites máximos de análises de cenários alternativos conhecidos como "stress testing"; • Análises de fluxo de caixa projetado e revisão das obrigações assumidas e instrumentos financeiros utilizados para mitigação e monitoramento do risco de liquidez; e • Análises e monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras.

**Processo de gerenciamento de ativos e passivos na organização - ALM:** A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., denominada "SAMI". Apenas 0,21% em 31/12/2012 (0,26% em 2011) do total da carteira de investimentos não é gerenciado pela SAMI. O gerenciamento de ativos e passivos (ALM) é utilizado pela SulAmérica como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos, em especial na carteira de reserva técnica. Desta forma, foi formado um grupo de trabalho permanente para a discussão do assunto e efetuar estudos de ALM visando identificar quais ativos melhor replicam as principais características dos passivos (taxa de juros, administradores, fluxo de pagamento, duration, etc). Com base nestes estudos de ALM, e respeitando as regras definidas no Mandato de Investimentos, o gestor de recursos efetua a alocação em ativos visando mitigar o risco de descasamento entre ativos e passivos, bem como tornar eficiente a alocação dos ativos. (a) **Acompanhamento do ALM e Risco de Mercado:** Periodicamente, são emitidos relatórios gerenciais contendo informações sobre as alocações nas carteiras de investimentos. Estes relatórios permitem ao Comitê de Investimentos e a área financeira e de gestão de riscos um acompanhamento dos investimentos em cada unidade de negócio. Além disso, em reunião mensal, os gestores dos investimentos e a área financeira discutem os tópicos relevantes sobre os resultados de avanços financeiros do mês, cenários econômicos internacionais e nacionais, além dos pontos julgados relevantes na data. • **Métricas de Risco:** Para controle, avaliação e acompanhamento do risco de mercado das carteiras, são utilizados o VaR

Descrição	Até 2 anos ou sem vencimento	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
<b>Instrumentos financeiros</b>									
Equivalentes de caixa	35.862	-	-	-	35.862	35.862	-	-	35.862
Aplicações financeiras	349.327	261.615	260.163	692.980	1.564.085	1.995.848	431.763	-	1.613.598
Valor justo por meio do resultado	124.496	6.401	364	119.763	251.024	288.943	37.919	-	288.943
Disponível para venda	224.831	130.486	60.829	10.199	426.345	437.939	11.594	-	437.939
Mantido até o vencimento	-	124.728	198.970	563.018	886.716	1.268.966	382.250	-	886.716
<b>Seguros e resseguros</b>	<b>287.845</b>	<b>184.116</b>	<b>163.462</b>	<b>160.129</b>	-	-	-	<b>671.530</b>	<b>1.467.082</b>
<b>Provisões técnicas</b>									
Ativos de resseguros	-	794	1.375	449	-	-	-	4.424	7.042
Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguros (1)	196.173	76.783	43.113	18.413	-	-	-	81.697	416.179
Previdência (2)	92.466	108.708	120.798	141.716	-	-	-	583.018	1.046.706

Descrição	Até 2 anos ou sem vencimento	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
<b>Instrumentos financeiros</b>									
Equivalentes de caixa	43.847	-	-	-	43.847	43.847	-	-	43.847
Aplicações financeiras	287.584	137.160	344.628	649.137	1.418.509	1.609.527	191.018	-	1.429.673
Valor justo por meio do resultado	79.888	23.446	464	112.231	216.029	226.281	10.252	-	226.281
Disponível para venda	104.520	69.086	90.139	11.227	274.972	275.884	912	-	275.884
Mantido até o vencimento	103.176	44.628	254.025	525.679	927.508	1.107.362	179.854	-	927.508
<b>Seguros e resseguros</b>	<b>260.836</b>	<b>177.704</b>	<b>171.301</b>	<b>211.629</b>	-	-	-	<b>604.793</b>	<b>1.426.263</b>
<b>Provisões técnicas</b>									
Ativos de resseguros	-	3.298	2.905	175	-	-	-	1.336	7.714
Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguros (1)	181.395	82.329	60.476	77.645	-	-	-	87.948	489.793
Previdência (2)	82.739	98.280	111.000	133.984	-	-	-	518.181	944.184

(1) Na coluna "Outras" há em 31/12/2012, principalmente, R\$19.891 (R\$24.343 em 2011) de IBNC (Incurred But Not Cited), R\$ 16.430 (R\$14.694 em 2011) de PIP, R\$14.208 (R\$14.291 em 2011) de PMBAC e R\$ 25.539 (R\$18.041 em 2011) de Provisão de benefícios a regularizar.

(2) Na coluna "Outras" há, em 31/12/2012, principalmente, R\$ 576.504 (R\$511.613 em 2011) de PMBAC referente a planos tradicionais de previdência.

Esse demonstrativo não apresenta os seguintes números referentes a VGBL e PGBL:

Descrição	2012	2011
Equivalente de caixa	665.638	137.558
Aplicações financeiras	2.025.920	2.196.969
<b>Provisões técnicas</b>		
Passivos	-	-
Seguros	946.801	728.524
Previdência	1.749.237	1.610.602

O critério de apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade, foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela.

**Risco da inflação:** Os estudos de ALM identificaram que parte dos passivos estão correlacionados a variações nos índices de inflação. Adicionalmente, a Companhia possui produtos com garantias indexadas a inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 31/12/2012, a Companhia registrou aproximadamente R\$1,3 bilhão de ativos indexados a inflação (R\$1,1 bilhão em 2011). Vale ressaltar que apesar dos produtos de seguros comercializados serem de curto prazo, as responsabilidades originárias desses contratos nem sempre são de curto prazo, principalmente aquelas relacionadas a causas judiciais. Em função disso, os ativos relativos a estes passivos são alocados em diversos vencimentos. Além da alocação baseada nos estudos de ALM, o gestor dos investimentos pode optar por alocar em ativos indexados a inflação nas demais carteiras que não tem restrição de ALM desde que respeitando todos os limites e restrições definidos no Mandato de Investimentos.

**Instrumentos financeiros derivativos:** As políticas de investimento em vigor permitem a alocação de recursos na contratação de operações com derivativos, com objetivo de proteção do portfólio da carteira. A utilização de instrumentos financeiros derivativos na SulAmérica obedece a normas específicas sobre o tema que dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos. Os instrumentos financeiros derivativos - swaps, opções e contratos futuros (que podem ser mantidos também através de fundos de investimentos exclusivos) são utilizados para administrar a exposição em relação às variações cambiais e à flutuação das taxas de juros, fundo político de ALM. A Companhia possui derivativos somente nos fundos PGBL e VGBL.

**4.4.3. Risco de subscrição:** Oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes nas premissas atuariais e financeiras ou na constituição das provisões técnicas. O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no valor do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões. (a) **Uso de modelos internos:** A Companhia dispõe de modelos internos atuariais que possuem o objetivo de apurar o Capital Econômico devido aos riscos de subscrição. Estes modelos apuram o valor em risco para cada ramo de negócio e permite uma gestão mais eficaz do risco, já que possibilita quantificar ganhos e perdas na adoção de novos planos de ações para o controle e mitigação dos riscos de subscrição, dando desta forma suporte a tomada de decisão. Os modelos internos produzem resultados estocásticos para avaliar o risco de subscrição e são estruturados de forma a mensurar tanto o risco de precificação quanto o risco de desvios na constituição das provisões técnicas. (b) **Risco de subscrição, precificação, definição dos produtos, retenção líquida e risco moral:** Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Companhia realiza periodicamente Procedimentos de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP) com o objetivo de rever os seguintes aspectos sobre os produtos comercializados: • **Definições do produto:** análise do escopo do produto e das garantias oferecidas aos segurados bem como o público-alvo das vendas; • **Estudo mercadológico:** avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes. Análise de possíveis impactos em outros produtos existentes na Companhia; • **Expectativa de vendas:** Revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado; • **Precificação (pricing):** estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas dos acionistas. Para isso, projeta-se o fluxo de caixa das apólices, simulando todo o fluxo financeiro. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa definida para o produto e as fontes geradoras de lucros e perdas; e • **Outros:** o PARP aborda ainda análises sobre os sistemas operacionais utilizados na comercialização

• Administrativo	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Provisão de sinistros contabilizada</b>	<b>134,13</b>	<b>109,93</b>	<b>107,92</b>	<b>89,86</b>	<b>95,12</b>	<b>96,57</b>	<b>99,37</b>	<b>103,27</b>
<b>Efeito do desconto financeiro</b>	<b>(5,25)</b>	<b>(4,50)</b>	<b>(4,06)</b>	<b>(6,60)</b>	<b>(6,66)</b>	<b>(6,94)</b>	<b>(5,93)</b>	<b>(4,72)</b>
<b>Provisão de sinistros sem desconto financeiro</b>	<b>139,38</b>	<b>114,43</b>	<b>111,98</b>	<b>96,46</b>	<b>101,78</b>	<b>103,51</b>	<b>105,30</b>	<b>107,99</b>
<b>Estimativa de sinistros acumulada:</b>								
Um final do ano	139,38	114,43	111,98	96,46	101,78	103,51	105,30	107,99
Um ano depois	125,42	99,05	80,69	107,56	101,22	103,57	104,13	-
Dois anos depois	123,71	88,82	86,74	107,46	94,83	102,81	-	-
Três anos depois	117,20	97,40	86,84	102,33	92,11	-	-	-
Quatro anos depois	125,33	97,81	83,37	101,33	-	-	-	-
Cinco anos depois	125,96	95,97	83,31	-	-	-	-	-
Seis anos depois	125,21	96,07	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	125,90	-	-	-	-	-	-	-
<b>Estimativa de sinistros acumulada até 2012</b>	<b>125,90</b>	<b>96,07</b>	<b>83,31</b>	<b>101,33</b>	<b>92,11</b>	<b>102,81</b>	<b>104,13</b>	<b>107,99</b>
<b>Pagamentos acumulados até 2012</b>	<b>125,63</b>	<b>95,55</b>	<b>82,21</b>	<b>98,95</b>	<b>87,71</b>	<b>93,49</b>	<b>79,93</b>	<b>-</b>
<b>Responsabilidade reconhecida em 2012</b>	<b>0,27</b>	<b>0,25</b>	<b>0,58</b>	<b>1,29</b>	<b>2,01</b>	<b>4,92</b>	<b>14,88</b>	<b>83,79</b>
<b>Desconto financeiro reconhecido em 2012</b>	<b>(0,02)</b>	<b>(0,02)</b>	<b>(0,04)</b>	<b>(0,11)</b>	<b>(0,20)</b>	<b>(0,42)</b>	<b>(0,99)</b>	<b>(3,04)</b>
<b>• Judicial</b>								
<b>Provisão de sinistros judiciais contabilizada</b>				<b>152,83</b>	<b>124,96</b>	<b>138,83</b>	<b>106,48</b>	<b>94,36</b>
<b>Efeito do desconto financeiro</b>				-	-	-	-	-
<b>Provisão de sinistros judiciais sem desconto financeiro</b>				<b>152,83</b>	<b>124,96</b>	<b>138,83</b>	<b>106,48</b>	<b>94,36</b>
<b>Estimativa de sinistros acumulada:</b>								
Um final do ano				152,83	124,96	138,83	106,48	94,36
Um ano depois				126,75	143,74	121,48	98,57	-
Dois anos depois				151,83	131,27	116,27	-	-
Três anos depois				139,96	125,69	-	-	-
Quatro anos depois				133,19	-	-	-	-
<b>Estimativa de sinistros acumulada até 2012</b>				<b>133,19</b>	<b>125,69</b>	<b>116,27</b>	<b>98,57</b>	<b>94,36</b>
<b>Pagamentos acumulados até 2012</b>				<b>91,91</b>	<b>73,27</b>	<b>51,38</b>	<b>19,42</b>	<b>-</b>
<b>Responsabilidade reconhecida em 2012</b>				<b>41,28</b>	<b>11,13</b>	<b>12,48</b>	<b>14,26</b>	

# Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.

C.N.P.J. Nº 01.704.513/0001-46

Esta tabela não considera o IBNC, no montante de R\$23,86 milhões e a ULAE (Administrativo) no valor de R\$1,16 milhões. **(f) Contratos de resseguro:** O risco de subscrição pode ser mitigado por contratos com resseguradores. Em 31/12/2012 e 2011, a Companhia possui diversos contratos vigentes com diversos resseguradores visando otimizar a capacidade de retenção dos riscos e ressaltados operacionais, bem como mitigar possíveis perdas caso estes contratos não existissem, como mostra a tabela abaixo com a distribuição dos prêmios cedidos de resseguro.

Descrição	2012		
	Prêmios emitidos	Prêmios de resseguro	% Ressegurado
Acidentes pessoais - Coletivo e individual.....	121.941	(2.310)	1,89%
Prestamistas.....	8.668	-	-
Vida em grupo.....	241.562	(10.730)	4,44%
Vida individual.....	48.790	(1.137)	2,33%
Outros.....	105.480	-	-
<b>Subtotal.....</b>	<b>526.441</b>	<b>(14.177)</b>	<b>2,69%</b>
Prêmios cedidos em cosseguros e de retrocessão.....	(59.676)	-	-
<b>Total.....</b>	<b>466.765</b>	<b>(14.177)</b>	

Descrição	2011		
	Prêmios emitidos	Prêmios de resseguro	% Ressegurado
Acidentes pessoais - Coletivo e individual.....	110.708	(2.858)	2,58%
Prestamistas.....	7.789	-	-
Vida em grupo.....	234.643	(9.463)	4,03%
Vida individual.....	47.448	(1.006)	2,12%
Outros.....	54.384	-	-
<b>Subtotal.....</b>	<b>454.972</b>	<b>(13.327)</b>	<b>2,93%</b>
Prêmios cedidos em cosseguros e de retrocessão.....	(706)	-	-
<b>Total.....</b>	<b>454.266</b>	<b>(13.327)</b>	

As decisões sobre a contratação do resseguro e a manutenção e revisão dos contratos são sempre aprovadas pelo CoR. A seguir, o resumo das principais coberturas de resseguro contratadas, vigentes em 31/12/2012: - Excesso de danos para catástrofes em vida e previdência; e - Excesso de responsabilidade para os produtos de vida e previdência. **4.4.4. Risco operacional:** O risco operacional pode ser definido como o risco de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou de eventos externos. Mais especificamente, pode ser entendido como: **• Risco de fraudes internas:** Comportamentos fraudulentos e/ou criminosos com intenção de obter ganhos pessoais e/ou fraudar a propriedade alheia em benefícios próprios ou da SulAmérica; **• Fraudes externas:** Pessoas que não são funcionários exercerem atividades irregulares em benefício próprio; **• Relações trabalhistas:** Decisões judiciais por práticas incompatíveis com leis e/ou acordos trabalhistas, novicias à saúde e/ou segurança dos funcionários ou por discriminação e/ou diferenciação no tratamento; **• Falhas de sistemas:** Impossibilidade de obter informações devido à falha de comunicação, perda da capacidade de processamento ou dificuldade na operação dos sistemas; **• Execução e gestão de processos:** Disponibilidade, registro de informações inválidas, incompletas ou de maneira intempésta a entidades externas, órgãos reguladores, acionistas e investidores; **• Práticas comerciais inadequadas:** Falta de cumprimento de padrões éticos e comportamentais estabelecidos e práticas inadequadas do pessoal de vendas. Orientação e/ou consultoria inadequada a clientes que leve a falsas expectativas com relação aos produtos e serviços prestados; **• Danos a ativos:** Desastres naturais e outros eventos que ocasionam perdas físicas aos ativos; **• Interrupção das atividades:** Impossibilidade de sustentar as operações, prover serviços essenciais ou recuperar custos operacionais decorrentes de desastres controláveis ou não; e **• Ambientais:** Danos à imagem ou ações judiciais em decorrência de produtos, serviços, operações ou instalações que de alguma forma impactem o meio-ambiente ou a sociedade. **(a) Fraudes:** As fraudes são riscos operacionais inerentes ao negócio. A SulAmérica conta com canais específicos de comunicação e uma área totalmente dedicada à prevenção das fraudes e desenvolvimento de políticas de prevenção a fraudes, além de treinamentos contínuos para os seus funcionários. **(b) Gestão dos riscos operacionais:** Todos os processos estão mapeados em um sistema de dados com todo o fluxo de atividades contidas, bem como cada risco identificado e os controles envolvidos em cada etapa. Cada risco e controle trazem informações qualitativas e quantitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com níveis de risco e ainda a identificação de possíveis planos de ação para mitigação de possíveis perdas operacionais. O plano de continuidade de negócios é tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prevenir o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados. Atualmente, a SulAmérica está trabalhando em um novo projeto para a gestão dos riscos operacionais a fim de obter a excelência na gestão deste tipo de risco. O novo projeto conta com novas definições e visões do negócio e tem por objetivo alinhar nossas práticas com as melhores práticas internacionais indicadas em Basiléia II e Solvência II, como segue: **• Abertura do dicionário de riscos operacionais:** Composto por 8 categorias de riscos. Estas categorias foram consideradas como riscos primários e foram criadas novas classes de risco (riscos secundários e riscos terciários), totalizando 180 classificações. As classificações tem o objetivo de alinhamento ao que é determinado internacionalmente como melhores práticas internacionais (de acordo com COSO e Basiléia). A abertura do dicionário de riscos operacionais tem o objetivo de proporcionar uma melhor identificação dos riscos na operação, com consequente melhoria na gestão; **• Agrupamento dos processos em macro processos:** Os processos hoje cadastrados no sistema foram enquadrados em aproximadamente 86 macro processos definidos como essenciais. Este formato tem o objetivo de proporcionar análises globais por unidades de negócios tornando mais eficiente, desta forma, a gestão dos riscos operacionais entre os negócios da SulAmérica; **• Desenvolvimento de um novo software:** Foi desenvolvido um novo software customizado para os negócios da SulAmérica para tratamento dos riscos operacionais. Este novo sistema será integrado com o mapeamento dos macro processos e permitirá análises qualitativas e quantitativas, incluindo cálculos estocásticos;

**• Construção de uma base de perdas:** O desenvolvimento do novo sistema tem o objetivo de proporcionar integração com diversas áreas para o registro de perdas operacionais. Estes registros permitirão obter informações observadas (e não subjetivas) sobre as perdas que de fato ocorreram para cada macro processo e qual a causa do risco, possibilitando desta forma a criação de planos de ações efetivos e direcionados para a solução dos problemas. Adicionalmente, a base de perdas aliada às informações dos macro processos, tem o objetivo de proporcionar no futuro o cálculo do capital necessário (VaR) para suportar perdas operacionais. Até o momento já foram mapeadas e integradas na nova ferramenta, 15 origens de perdas distintas. **• Software para gestão do risco operacional:** Encontra-se implementado um software customizado para os negócios da SulAmérica visando tratamento dos riscos operacionais. Esta nova ferramenta é atualizada automaticamente a partir de informações disponíveis em sistema de Gestão de Processos e da Bases de Perdas. O objetivo é permitir análises qualitativas e quantitativas. Além disso, está em fase de implementação no novo sistema, a associação das Normas de Procedimentos Internos com os respectivos macroprocessos, bem como a integração do módulo de riscos com os módulos de *Compliance*/Controles Internos e o módulo de Auditoria, com o objetivo de integrar as atividades desenvolvidas pelas 3 áreas. **(c) Continuidade de Negócios:** O risco de continuidade de negócios é mitigado através de um plano de ação tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prevenir o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados. **4.4.5. Risco estratégico:** É o risco de perdas resultantes de processos ou tomada de decisões que impactem a sustentabilidade, o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva. Pode ser entendido também como: **• Risco de planejamento:** Elaboração do planejamento estratégico e/ou orçamento com base em premissas e/ou medidas de desempenho inadequadas à realidade da SulAmérica; **• Recursos humanos:** Procedimentos executados por pessoas sem habilidade, treinamento ou experiência suficientes para atingir os objetivos da instituição. Dependência de pessoas-chave; **• Indicadores de metas:** Avaliação inadequada de desempenho; **• Custo de oportunidade:** Redução do valor econômico de recursos financeiros devido à perda de valor do dinheiro no tempo, descasamento do fluxo de caixa ou retorno de investimento insuficiente em relação a outras alternativas que ofereçam o mesmo grau de risco; **• Concorrência:** Ação de concorrentes afetando adversamente o posicionamento da SulAmérica no mercado; **• Preço:** Incompatibilidade dos preços definidos nas transações de compra e/ou venda com os praticados pelo mercado; e **• Comunicação:** Falta de transparência, exatidão e clareza das informações relativas às operações da SulAmérica. **(a) Gestão do risco estratégico:** A SulAmérica possui um Comitê de Avaliação de Planos de Ação (COPA), com participação de sua Alta Administração, com reuniões mensais para avaliar e aprovar todo e qualquer plano de ação proposto, por qualquer unidade de negócio, que implique em investimentos ou despesas adicionais às orçadas previamente. Estes investimentos e despesas devem ser aprovados de acordo com o orçamento do ano. O COPA também possui como atribuições: **• Garantir que o orçamento para o plano de ação seja cumprido;** **• Priorizar os planos de ação, quando o orçamento for insuficiente para a execução de todas as propostas;** **• Garantir que os planos de ação sejam avaliados e aprovados de acordo com critérios objetivos e previamente estabelecidos;** **• Garantir que os planos de ação estejam de acordo com os objetivos da Companhia;** **• Avaliar os resultados dos planos de ação aprovados, determinando a sua interrupção caso os resultados alcançados estejam em desacordo com as projeções.**

O custo de capital utilizado nos projetos segue a metodologia de cálculo do Custo Médio Ponderado no Capital (CMPC) e os valores das premissas são revisados anualmente, no processo de construção do plano de orçamento plurianual ou mais frequentemente caso o Comitê Corporativo julgue necessário. Adicionalmente, para assegurar que os objetivos determinados no planejamento estratégico sejam alcançados, foi adotado pela SulAmérica um modelo de gestão – o *Balanced ScoreCard* (BSC) – que traduz a estratégia utilizando perspectivas, objetivos, indicadores e metas. Este modelo visa acompanhar no curto prazo o direcionamento do negócio no longo prazo, permitindo assim antecipar possíveis distorções de rumo. Além disso, o BSC procura tornar a comunicação da estratégia mais clara para toda a organização, a partir do momento que todos os colaboradores sabem quais as metas a serem conquistadas. Anualmente, a SulAmérica estabelece o Plano de Orçamento Plurianual (POP) com o orçamento para cada unidade de negócio para os próximos 3 anos. O POP permite uma comunicação clara entre as metas definidas pelos acionistas e a Alta Administração, alinhando desta forma o apetite de risco da Companhia. O orçamento é acompanhado periodicamente durante o ano e as estratégias mantidas ou redefinidas de acordo com os acontecimentos. **4.4.6. Risco legal e compliance:** É o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. De forma mais específica, pode ser identificada como: (i) Risco com órgãos reguladores; (ii) Risco de atividades em desacordo com políticas internas; (iii) Risco de lavagem de dinheiro; (iv) Risco de reputação; e (v) Risco de contratos. **• Gestão do risco legal:** Presente em cada unidade de negócio e com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização junto com seus prestadores de serviço realiza a revisão nos contratos de seguros a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica contribui ativamente com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais em nossas operações. **• Gestão do risco de compliance:** (a) **Auto-avaliação de controles internos:** A SulAmérica instituiu uma estrutura de *compliance* e a figura dos gestores *compliance*, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação. Os gestores *compliance* têm por função disseminar a metodologia e as determinações de *compliance* em suas áreas, garantindo a efetividade do gerenciamento dos riscos, através de algumas etapas básicas que consistem no detalhamento das atividades chaves e seus processos, identificação de riscos e controles e criação de planos de ação. O processo de auto-avaliação do sistema de controles internos é realizado no mínimo duas vezes ao ano. (b) **Documentação eletrônica:** A SulAmérica possui documentação eletrônica (DocNix) referente à política e procedimentos dos processos da organização, manuais de estrutura organizacional e resoluções da diretoria executiva. A documentação eletrônica permite informações sempre atualizadas e consultas de forma ágil e segura. A lista de distribuição de cada um dos documentos é indicada pela área responsável (emissor) e, em alguns casos, poderá ter acesso restrito a alguns departamentos da Companhia. (c) **Auditoria interna:** Responsável por planejar e coordenar os trabalhos de auditoria preventiva (operacional e sistemas). Certifica a existência de adequados controles internos operacionais e sistêmicos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da SulAmérica, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor. **4.5. Gestão do capital:** A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante o ano de 2012, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelo regulador. Conforme citado nos itens anteriores, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de risco, observando desta forma independente do capital regulatório sua própria estimativa de capital baseado em riscos. A utilização dos modelos internos é fundamental em um ambiente de gestão de riscos. Atualmente, a Companhia possui

Descrição	Vencimento	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Valor a receber/ recebido		Valor a pagar/ pago	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>Contratos futuros:</b>									
<b>Compromisso de compra</b>									
Taxa de juros em Reais.....	2013/2017	79.000	768.200	74.564	699.918	1.314	21.510	1.831	29.591
<b>Compromisso de venda</b>									
Índices.....	2013	3.677	6.567	3.677	6.567	61	376	135	350
<b>Contratos de opções</b>									
<b>Posição titular - Compra</b>									
Futuro.....	2013	7.398	7.401	7.398	7.401	-	-	20	7

**5.1. Critérios de determinação do valor justo:** O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado utilizando-se as taxas divulgadas pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA). **5.2. Margens dadas em garantia:** Em 31/12/2012 e 2011, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros e de opções mantidos nos fundos de PGBL e de VGBL, e classificados como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, são compostas conforme demonstradas a seguir:

Ativo	Vencimento	Quantidade		Valor	
		2011	2011	2011	2011
LFT.....	Março/2013	153	768		
LFT.....	Junho/2013	452	2.267		
LFT.....	Setembro/2013	1.136	5.697		
LFT.....	Março/2014	1.255	6.291		
LFT.....	Setembro/2014	590	2.957		
LFT.....	Março/2015	1.910	9.565		
LFT.....	Setembro/2015	440	2.203		
LTN.....	Janeiro/2013	4.075	3.685		
<b>Total.....</b>		<b>10.011</b>	<b>33.433</b>		

## 7. Aplicações: 7.1. Composição das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		2012	
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva/contábil	Valor de mercado	Taxa média de juros	Total
<b>Títulos de renda fixa - Privados</b> .....	-	-	<b>189.164</b>	<b>189.808</b>	-	-		<b>189.808</b>
Certificados de depósito bancário								
Pós-fixado CDI.....	-	-	23.428	23.436	-	-	105,25%CDI	23.436
Depósito a prazo com garantia especial do FGC								
Pós-fixado CDI.....	-	-	32.861	32.998	-	-	109,85%CDI	32.998
Debêntures								
Pós-fixado CDI.....	-	-	634	672	-	-	129,99%CDI	672
							IPCA	
Pós-fixado IPCA.....	-	-	3.111	3.249	-	-	+5,1%a.a.	3.249
Letras financeiras.....	-	-	129.130	129.453	-	-	111,05%CDI	129.453
<b>Títulos de renda fixa - Públicos</b> .....	<b>19.496</b>	<b>19.492</b>	<b>237.086</b>	<b>248.114</b>	<b>381.047</b>	<b>495.513</b>		<b>648.653</b>
Letras financeiras do tesouro.....	19.496	19.492	46.895	46.890	-	-	SELIC	66.382
Notas do tesouro nacional								
							IPCA	
Série B - Pós-fixado IPCA.....	-	-	190.191	201.224	85.897	96.079	+4,62%a.a.	287.121
							IGPM +	
Série C - Pós-fixado IGP-M.....	-	-	-	-	295.150	399.434	7,74%a.a.	295.150
<b>Títulos de renda variável</b> .....	-	-	<b>96</b>	<b>17</b>	-	-		<b>17</b>
Ações.....	-	-	96	113	-	-		113
<b>Impairment</b> .....	-	-	-	(96)	-	-		(96)
<b>Quotas de fundos de investimentos</b> .....	<b>2.253.821</b>	<b>2.295.133</b>	-	-	<b>505.907</b>	<b>773.730</b>		<b>2.801.040</b>
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	48.704	48.704	-	-	-	-		48.704
Quotas de fundos de investimentos exclusivos.....	<b>2.205.117</b>	<b>2.246.429</b>	-	-	<b>505.907</b>	<b>773.730</b>		<b>2.752.336</b>
Certificados de depósito bancário								
Pós-fixado CDI.....	144.000	144.048	-	-	-	-	108,33%CDI	144.048
Depósito a prazo com garantia especial do FGC								
Pós-fixado CDI.....	216.371	217.034	-	-	-	-	112,79%CDI	217.034
Debêntures								
Pré-fixado.....	5.750	6.018	-	-	-	-	110,06%a.a.	6.018
Pós-fixado CDI.....	94.743	95.029	-	-	-	-	117,61%CDI	95.029
							IPCA	
Pós-fixado IPCA.....	35.298	37.115	-	-	-	-	+5,2%a.a.	37.115
Letras financeiras.....	263.268	264.076	-	-	-	-	111,63%CDI	264.076
Letras financeiras do tesouro.....	926.026	925.556	-	-	-	-	SELIC	925.556
Letras do tesouro nacional								
Pré-fixado.....	4.304	4.351	-	-	-	-	11,87%a.a.	4.351
Pré-fixado DI.....	45.741	46.020	-	-	-	-	CDI	46.020
Títulos da dívida agrária.....	10.579	10.896	-	-	-	-	TR+9,94%a.a.	10.896
Notas do tesouro nacional								
Série F - Pré-fixado.....	7.229	7.376	-	-	-	-	9,52%a.a.	7.376
Série F - Pré-fixado DI.....	23.505	24.404	-	-	-	-	CDI	24.404
							IPCA	
Série B - Pós-fixado IPCA.....	43.101	45.705	-	-	239	277	+3,98%a.a.	45.944
							IGPM +	
Série C - Pós-fixado IGP-M.....	119.938	157.555	-	-	505.668	773.453	8,72%a.a.	663.223
Ações.....	230.432	226.414	-	-	-	-		226.414
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos.....	30.021	30.021	-	-	-	-		30.021
Outros.....	4.811	4.811	-	-	-	-		4.811
<b>TOTAL</b> .....	<b>2.273.317</b>	<b>2.314.625</b>	<b>426.346</b>	<b>437.939</b>	<b>886.954</b>	<b>1.269.243</b>		<b>3.639.518</b>
%.....		<b>63,6%</b>		<b>12,0%</b>		<b>24,4%</b>		<b>100%</b>
<b>Outras aplicações</b> .....								<b>235</b>
<b>Total</b> .....								<b>3.639.753</b>
<b>Circulante</b> .....								<b>2.752.765</b>
<b>Não circulante</b> .....								<b>886.988</b>

modelos internos estocásticos para mensuração do capital econômico devido para cada uma de seus riscos e riscos. Desta forma, estima-se o capital econômico para que a solvência da Companhia seja assegurada para um determinado nível de confiança. Os modelos internos consideram correlações entre os negócios da Companhia além de possíveis efeitos de diversificação. Para cada um dos negócios da Companhia, é apurado o capital econômico nos seguintes níveis: - Capital para Risco de Subscrição, segregando o risco da provisão do risco de precificação; - Capital para Risco de Mercado, segregando os riscos de taxa de juros, inflação, câmbio, moedas estrangeiras e outros ativos; - Capital para Risco de Crédito, segregando os riscos de resseguro, contas a receber, risco de crédito nos investimentos e demais ativos; - Capital para Risco Operacional e Legal; - Capital para Risco Estratégico. Através dos resultados obtidos dos modelos internos, são calculados e monitorados mensalmente para cada uma das linhas de negócio da Companhia os seguintes indicadores: **- ROEC:** Retorno sobre o capital econômico; **- ROXC:** Retorno sobre o excesso de capital; e **- ROAC:** Retorno sobre o capital alocado. Os indicadores acima são periodicamente discutidos pela Alta Administração da Companhia e indicam o desempenho de cada unidade de negócio tendo em consideração o lucro em relação ao risco assumido. Com base nas avaliações, são definidos planos de ações para os produtos e negócios da Companhia no sentido de alinhar as métricas com o apetite de risco e retorno exigido pelos acionistas. Os modelos são periodicamente revisados e calibrados pela equipe de modelagem e gestão de riscos da Companhia. A tabela abaixo demonstra a adequação de capital da Companhia:

	2012	2011
<b>Patrimônio líquido contábil</b> .....	<b>384.758</b>	<b>318.728</b>
Deduções:		
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro.....	(5.141)	(4.518)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social.....	(65.850)	(83.588)
Ativos intangíveis.....	(3.098)	(3.971)
<b>Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)</b> .....	<b>310.669</b>	<b>226.651</b>
<b>Margem de solvência</b>		
0,20 Prêmios retidos - média anual dos 12 últimos meses.....	80.747	80.417
0,33 Sinistros retidos - média anual dos 36 últimos meses.....	64.878	61.066
Capital base (b).....	15.000	15.000
Capital adicional (e).....	132.364	115.258
Capital adicional de risco de subscrição (c).....	104.831	94.039
Capital adicional de risco de crédito (d).....	43.661	34.540
<b>Capital Mínimo Requerido - CMR(b) + (e)</b> .....	<b>147.185</b>	<b>130.259</b>
<b>Maior entre capital mínimo e margem de solvência (f)</b> .....	<b>147.185</b>	<b>130.259</b>
Suficiência de capital - R\$ (g) = (a) - (f).....	163.484	96.392
Suficiência de capital - % (h) = (g) / (a).....	52,62%	42,53%

**5. Instrumentos financeiros deriv**

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva/contábil	Valor de mercado		
<b>Títulos de renda fixa - Privados</b>			<b>169.275</b>	<b>169.434</b>				<b>169.434</b>
Certificados de depósito bancário								
Pós-fixado CDI			45.149	45.169			105,63%CDI	45.169
Depósito a prazo com garantia especial do FGC								
Pré-fixado			6.189	6.197			12,2%a.a	6.197
Pós-fixado CDI			44.908	44.986			111,29%a.a	44.986
Debêntures								
Pós-fixado CDI			1.789	1.788			111,2%CDI	1.788
Letras financeiras			71.240	71.294			112%CDI	71.294
<b>Títulos de renda fixa - Públicos</b>	<b>13.821</b>	<b>13.822</b>	<b>105.601</b>	<b>106.448</b>	<b>457.569</b>	<b>504.369</b>		<b>577.839</b>
Letras financeiras do tesouro	13.821	13.822	36.394	36.395			SELIC	50.217
Notas do tesouro nacional								
Série B - Pós-fixado IPCA			69.207	70.053	184.424	188.446	IPCA + 6,26%a.a IGP-M + 7,73%a.a	254.477
Série C - Pós-fixado IGP-M					273.145	315.923		273.145
<b>Títulos de renda variável</b>			<b>96</b>	<b>18</b>				<b>18</b>
Ações			96	114				114
Impairment				(96)				(96)
<b>Quotas de fundos de investimentos</b>	<b>2.399.949</b>	<b>2.407.813</b>			<b>471.538</b>	<b>604.609</b>		<b>2.879.351</b>
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	9.752	9.752						9.752
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	2.390.197	2.398.061			471.538	604.609		2.869.599
Certificados de depósito bancário								
Pós-fixado CDI	156.357	156.480					107,27%CDI	156.480
Depósito a prazo com garantia especial do FGC								
Pós-fixado CDI	221.798	222.193					112,82%CDI	222.193
Debêntures								
Pré-fixado					1.370	1.370	12,5%a.a	1.370
Pós-fixado CDI	85.899	86.262					113,31%CDI	86.262
Pós-fixado IPCA	1.793	1.832					IPCA + 6,73%a.a IGP-M + 7,22%a.a	1.832
Pós-fixado IGP-M	130	131					7,22%a.a	131
Letras financeiras	105.735	105.816					112%CDI	105.816
Notas promissórias	32.832	32.832					105,5%a.a	32.832
Letras financeiras do tesouro	660.039	659.497					SELIC	659.497
Letras do tesouro nacional								
Pré-fixado	1.861	1.933					10,69%a.a	1.933
Pré-fixado DI	642.495	644.646					CDI TR+	644.646
Títulos da dívida agrária	4.691	5.005					13,59%a.a	5.005
Notas do tesouro nacional								
Série F - Pré-fixado	2.547	2.547					7,38%a.a	2.547
Série F - Pré-fixado DI	49.088	49.687					CDI	49.687
Série B - Pós-fixado IPCA	36.966	37.670			221	246	IPCA + 5,59%a.a IGP-M + 8,8%a.a	37.891
Série C - Pós-fixado IGP-M	112.385	122.322			469.947	602.993		592.269
Ações	226.077	219.700						219.700
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	49.386	49.386						49.386
Outros	118	122						122
<b>Total</b>	<b>2.413.770</b>	<b>2.421.635</b>	<b>274.972</b>	<b>275.900</b>	<b>929.107</b>	<b>1.108.978</b>		<b>3.626.642</b>
%		66,8%		7,6%		25,6%		100%

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
<b>Outras aplicações</b>				
Circulante				3.626.915
Não circulante				2.800.950
<b>Total</b>				<b>825.965</b>

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
<b>Saldo em 01/01/2011</b>	<b>1.880.455</b>	<b>168.881</b>	<b>922.968</b>	<b>2.972.304</b>
Aplicações	4.039.582	498.263	-	4.537.845
Rendimento resgate	(216.729)	(22.259)	(77.131)	(316.119)
Principal resgate	(3.480.582)	(399.086)	(34.482)	(3.914.150)
Resultado financeiro	163.636	29.169	117.752	310.557
Outros recebimentos	35.273	-	-	35.273
Ajuste a valor de mercado	-	932	-	932
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>2.421.635</b>	<b>275.900</b>	<b>929.107</b>	<b>3.626.642</b>
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>2.421.635</b>	<b>275.900</b>	<b>929.107</b>	<b>3.626.642</b>

**7.3. Análise de sensibilidade das aplicações:** As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: (i) a metodologia de VaR paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration* nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (*dollar-value ou value for one basis-point*), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo apresentamos o cálculo do ganho ou (perda) esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e do ganho ou (perda) com a oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de risco	VaR 95%	DV01=0,01%
IGP-M	6.444	(159)
IPCA	(24)	-
Taxa referencial	-	(1)
Outros	12	-
<b>Total</b>	<b>6.432</b>	<b>(160)</b>

Os ativos referenciados a CDI e SELIC, não apresentam DV01 devido a *effective duration* ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). **7.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Em 2012 e 2011, não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Ajustações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1:**

• **Títulos de renda variável:** Calculados com base na taxa de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês. **Nível 2:**

- **Títulos de renda fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; • **Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Letras Financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o *spread* de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; • **Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE):** São títulos pré-fixados e pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o *spread* de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; • **Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado; • **Quotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição	Nível 1	Nível 2	2012 Total
<b>Ativos financeiros</b>			
Valor justo por meio do resultado	-	2.314.625	2.314.625
Disponível para venda	17	437.922	437.939
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>2.752.547</b>	<b>2.752.564</b>

	Nível 1	Nível 2	2011 Total
<b>Ativos financeiros</b>			
Valor justo por meio do resultado	-	2.421.635	2.421.635
Disponível para venda	18	275.882	275.900
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>2.697.517</b>	<b>2.697.535</b>
<b>8. Prêmios a receber:</b>			
<b>8.1. Movimentação dos prêmios a receber:</b> Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e co-seguro aceito, bem como as operações de retrocessão. A seguir, a movimentação dos prêmios a receber nas datas indicadas:			
	<b>Prêmios</b>	<b>Redução ao valor recuperável - Impairment</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 01/01/2011</b>	<b>49.761</b>	<b>(6.866)</b>	<b>42.895</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento / constituição	450.533	(1.293)	449.240
RVNE	1.448	-	1.448
Recebimentos / reversão	(442.556)	2.757	(439.799)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>59.186</b>	<b>(5.402)</b>	<b>53.784</b>
<b>Circulante</b>			<b>53.675</b>
<b>Não circulante</b>			<b>109</b>
	<b>Prêmios</b>	<b>Redução ao valor recuperável - Impairment</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>59.186</b>	<b>(5.402)</b>	<b>53.784</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento / constituição	555.907	(1.997)	553.910
RVNE	(528)	-	(528)
Recebimentos / reversão	(547.421)	319	(547.102)
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>67.144</b>	<b>(7.080)</b>	<b>60.064</b>
<b>Circulante</b>			<b>59.936</b>
<b>Não circulante</b>			<b>128</b>

**8.2. Prêmios a receber por vencimento:** Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
<b>A vencer</b>		
A vencer entre 01 e 30 dias	43.089	41.473
A vencer entre 31 e 60 dias	79	84
A vencer entre 61 e 180 dias	26	25
A vencer entre 181 e 365 dias	17	33
A vencer acima de 365 dias	128	109
<b>Total a vencer</b>	<b>43.339</b>	<b>41.724</b>
<b>Redução ao valor recuperável - Impairment</b>	<b>(520)</b>	<b>(828)</b>
<b>Total a vencer</b>	<b>42.819</b>	<b>40.896</b>
<b>Vencidos</b>		
Vencidos entre 01 e 30 dias	8.159	8.896
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.043	966
Vencidos entre 61 e 180 dias	3.780	1.886
Vencidos entre 181 e 365 dias	4.089	1.065
Vencidos acima de 365 dias	5.734	4.649
<b>Total</b>	<b>23.805</b>	<b>17.462</b>
<b>Redução ao valor recuperável - Impairment</b>	<b>(6.560)</b>	<b>(4.574)</b>
<b>Total vencidos</b>	<b>17.245</b>	<b>12.888</b>
<b>Total prêmios a receber</b>	<b>67.144</b>	<b>59.186</b>
<b>Total redução ao valor recuperável - Impairment (a)</b>	<b>(7.080)</b>	<b>(5.402)</b>
	<b>60.064</b>	<b>53.784</b>

(a) A redução ao valor recuperável é analisada com base nos prêmios vencidos e a vencer de riscos decorridos, líquidos de comissão, Impostos sobre Operações Financeiras (IOF) e depósitos judiciais. A análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (*rating*) de probabilidade de perda, e para pessoa física é efetuada com base no percentual histórico de recuperação de prêmios vencidos. Os prêmios a receber de riscos a decorrer são normalmente cancelados após 32 e 60 dias de inadimplência, dependendo do ramo de seguro. **9. Ativos e passivos de resseguro: 9.1. Operações com resseguradoras:**

Descrição	2012	2011	2012	2011
IRB - Conta movimento (a)	-	-	336	545
Adiantamento de sinistro	-	-	2.157	4.238
Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissões	2.114	1.973	4	487
<b>Total</b>	<b>2.114</b>	<b>1.973</b>	<b>2.497</b>	<b>5.270</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.114</b>	<b>1.973</b>	<b>2.497</b>	<b>5.270</b>
(a) Contempla operações com o IRB relativas a prêmios, sinistros e ressarcimentos. <b>9.2. Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas:</b>				
<b>9.2.1. Movimentação da provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros:</b>				
	<b>Pessoas</b>	<b>Previdência</b>	<b>Total</b>	
<b>Saldo em 01/01/2011</b>	<b>6.391</b>	<b>52</b>	<b>6.443</b>	
Adições	1.725	-	1.725	
Varição IBNR/IBNC	(1.927)	(6)	(1.933)	
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>6.189</b>	<b>46</b>	<b>6.235</b>	
Outros ativos de resseguros	-	1.479	1.479	
<b>Total</b>	<b>6.189</b>	<b>1.525</b>	<b>7.714</b>	
<b>Circulante</b>			<b>4.144</b>	
<b>Não circulante</b>			<b>3.570</b>	
	<b>Pessoas</b>	<b>Previdência</b>	<b>Total</b>	
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>6.189</b>	<b>46</b>	<b>6.235</b>	
Adições	(1.826)	-	(1.826)	
Varição IBNR/IBNC	1.057	38	1.095	
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>5.420</b>	<b>84</b>	<b>5.504</b>	
Outros ativos de resseguros	-	1.538	1.538	
<b>Total</b>	<b>5.420</b>	<b>1.622</b>	<b>7.042</b>	
<b>Circulante</b>			<b>4.377</b>	
<b>Não circulante</b>			<b>2.665</b>	

**10. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos:**

Descrição	2012	2011
Impostos a compensar/ recuperar (nota 10.1.1)	16.528	9.879
Créditos tributários (nota 10.1.2)	123.448	133.269
<b>Total</b>	<b>139.976</b>	<b>143.148</b>
<b>Circulante</b>	<b>16.499</b>	<b>9.879</b>
<b>Não circulante</b>	<b>123.477</b>	<b>133.273</b>
<b>10.1.1. Tributos a compensar/recuperar:</b>		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	11.315	4.928
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	4.342	3.229
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	133	-
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	711	1.492
Outros tributos a recuperar	27	230

(a) Apesar da Companhia operar somente com seguros de pessoas e previdência, existem provisões técnicas classificadas na categoria "Danos" oriundas de operações de retrocessões aceitas. (b) Pessoas:

Provisão de prêmios não pagos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Total
Saldo em 01/01/2011	53.146	253.405
Emissões	655.689	-
Baixas/cancelamentos	(237.889)	-
Prêmios ganhos	(402.672)	-
Avisados/alterações	-	217.399
Pagamentos/baixas	-	(239.464)
Atualização monetária/juros	-	(9.431)
Varição do IBNR/IBNC	-	(473)
Saldo em 31/12/2011	68.274	221.436
Outras provisões	-	142.417
Total	68.274	432.127
Circulante	-	190.353
Não Circulante	-	241.774

Provisão de prêmios não pagos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Total
Saldo em 31/12/2011	68.274	221.436
Emissões	861.592	-
Baixas/cancelamentos	(394.476)	-
Prêmios ganhos	(456.307)	-
Avisados/alterações	-	181.844
Pagamentos/baixas	-	(218.509)
Atualização monetária/juros	-	9.648
Varição do IBNR/IBNC	-	14.214
Saldo em 31/12/2012	79.083	208.633
Outras provisões (a)	-	58.260
Total	79.083	345.976
Circulante	-	191.556
Não Circulante	-	154.420

(a) A Provisão para Insuficiência de Prêmios (PIP) em 31/12/2012 apresentou uma queda de R\$ 79.379 quando comparada a 2011, referente as decisões judiciais que permitiram alterar as probabilidades de risco pertinentes à provisão. (c) Vida individual:

Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Total
Saldo em 01/01/2011	6.395	14.355
Avisados/alterações	145.281	(64)
Pagamentos/baixas	(145.413)	-
Varição do IBNR/IBNC	522	-
Saldo em 31/12/2011	6.785	14.291
Outras provisões	-	30.015
Total	6.785	55.091
Circulante	-	42.884
Não Circulante	-	12.607

Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Total
Saldo em 31/12/2011	6.785	14.291
Adições	-	(225)
Avisados/alterações	173.796	(64)
Pagamentos/baixas	(173.901)	-
Varição do IBNR/IBNC	5.329	-
Saldo em 31/12/2012	12.009	14.066
Outras provisões	-	26.075
Total	12.009	68.317
Circulante	-	55.195
Não Circulante	-	13.122

Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total
Saldo em 01/01/2011	576.200	392
Adições	256.447	-
Avisados/alterações	(85)	1
Pagamentos/baixas	(144.569)	(141)
Transferências	(85)	85
Atualização monetária/juros	38.996	26
Saldo em 31/12/2011	726.904	363
Outras provisões	-	1.257
Total	726.904	728.524
Circulante	-	146.870
Não Circulante	-	581.654

Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total
Saldo em 31/12/2011	726.904	363
Adições	225.426	-
Avisados/alterações	63.257	56
Pagamentos/baixas	(126.902)	(398)
Transferências	(1.265)	1.265
Atualização monetária/juros	56.213	60
Saldo em 31/12/2012	943.633	1.346
Outras provisões	-	1.497
Total	943.633	946.476
Circulante	-	191.478
Não Circulante	-	754.998

Em 31/12/2012 e 2011, a PSL contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente à negativa de cobertura fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas, principalmente, às cláusulas de "invalidez permanente total por doença" e "invalidez permanente total ou parcial por acidente". Em 31/12/2012 e 2011, a posição de sinistros em disputa judicial é a seguinte:

	2012	2011
Quantidade	Valor de	Valor
Até 02 Anos	1.080	66.011
02 a 05 Anos	697	55.761
05 a 10 Anos	456	51.473
Mais de 10 Anos	161	23.193
Total	2.394	196.438

15.2. Movimentações das provisões técnicas de previdência complementar:

Descrição	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Provisão de insuficiência de contribuição	Total
Saldo em 01/01/2011	1.837.074	310.907	101.154	2.249.135
Constituições/(reversões)	196.207	24.854	(4.307)	216.754
Portabilidade de entrada	98.703	-	-	98.703
Portabilidade de saída	(84.149)	-	-	(84.149)
Resgates	(85.826)	-	-	(85.826)
Benefícios	-	(45.985)	-	(45.985)
Atualizações monetárias	150.319	36.387	9.513	196.219
Saldo em 31/12/2011	2.112.328	326.163	106.360	2.544.851
Outras	-	-	-	9.935
Total	2.112.328	326.163	106.360	2.554.786
Circulante	-	-	-	554.167
Não Circulante	-	-	-	2.000.619

15.3. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

Descrição	2012	2011
Provisões técnicas de seguros	1.362.980	1.218.317
Provisões técnicas de previdência complementar	2.795.943	2.554.786
Efeito monetário (b)	372.069	-
Total das provisões técnicas	4.530.992	3.773.103
(-) Ativos de resseguro - provisões técnicas	7.042	7.714
(-) IRB - conta movimento - dólar	3.624	12.371
(-) Depósitos especiais no IRB	202	239
Montante a ser garantido	4.520.124	3.752.779

Ativos dados em garantia:	2012	2011
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	48.704	9.752
Quotas de fundos de investimentos exclusivos (a)	762.276	716.502
Quotas de fundos especialmente constituídos	2.691.558	2.334.502
Títulos de renda fixa - Públicos	648.654	577.839
Títulos de renda fixa - Privados	189.808	169.434
Efeito monetário (b)	372.069	-
Total de ativos	4.713.069	3.808.029
Ativos vinculados em excesso	192.945	55.250

(a) Em 31/12/2012, as linhas de Quotas de fundos de investimentos exclusivos e de Quotas de fundos especialmente constituídos contemplam o montante de R\$701.500 (R\$181.405 em 2011) relativo às operações compromissadas, que estão apresentadas na rubrica "Equivalentes de Caixa", conforme a nota 6. (b) Efeito monetário referente a diferença entre o valor de custo e mercado dos instrumentos financeiros classificados como "mantidos até o vencimento", requerido pela Circular SUSEP Nº 457/2012, Artigo 9, parágrafo único, que trata do Teste de Adequação de Ativos.

16. Partes relacionadas: 16.1. Transações: Os principais saldos de ativos e passivos relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a operações de transações da Companhia com as empresas sob administração comum e profissionais-chaves da administração, para os respectivos tipos de operações.

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Sul América S.A. (b) (h)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	-	-	1.405	737	8	1	-	-
SAEPAR Serviços e Participações S.A. (a) (b) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r) (s) (t) (u) (v) (w) (x) (y) (z)	Controladora indireta	Sul América S.A. Sul América Cia Nacional de Seguros Sul América Cia Nacional de Seguros	-	15	527	957	219	153	(3.879)	(3.626)
Sul América Companhia de Seguros Gerais (a) (b) (c) (d) (e) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r) (s) (t) (u) (v) (w) (x) (y) (z)	Outros	Sul América Companhia de Seguros Saúde	-	-	20.500	5.482	172	131	(58)	(64)
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) (b) (d) (g) (h) (i) (j) (k) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r) (s) (t) (u) (v) (w) (x) (y) (z)	Outros	Sul América Companhia de Seguros Saúde	-	-	62	57	-	-	-	-
Sul América Seguro Saúde S.A. (a) (b) (e) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r) (s) (t) (u) (v) (w) (x) (y) (z)	Coligada	Sul América Companhia de Seguros Saúde	-	81	5.656	3.328	774	568	(471)	(604)
Sul América Odontológico S.A. (a) (b) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r) (s) (t) (u) (v) (w) (x) (y) (z)	Outros	SAEPAR Serviços Participações S.A.	2	-	94	-	7	-	-	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (b) (d) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r) (s) (t) (u) (v) (w) (x) (y) (z)	Controladora indireta	Sul América Seguro Saúde S.A.	670	-	16.936	18.437	495	507	(3.886)	(4.573)
Sul América Santa Cruz Saúde S.A. (a) (b) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r) (s) (t) (u) (v) (w) (x) (y) (z)	Outros	Sul América Seguro Saúde S.A.	74	803	-	-	-	-	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b) (f) (i) (j) (k) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r) (s) (t) (u) (v) (w) (x) (y) (z)	Outros	Sul América Seguro Saúde S.A.	-	-	1.102	537	70	328	(526)	(1.309)
Sul América Saúde Companhia de Seguros (a) (b) (d) (e) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r) (s) (t) (u) (v) (w) (x) (y) (z)	Outros	Sul América Seguro Saúde S.A.	-	-	35	7	6	6	-	-
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (c) (d) (e) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r) (s) (t) (u) (v) (w) (x) (y) (z)	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(1.165)	(1.536)
Gouveia Vieira Advogados (c) (d) (e) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r) (s) (t) (u) (v) (w) (x) (y) (z)	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(81)	(18)
Demais empresas associadas e acionistas pessoais físicas (d) (e) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l) (m) (n) (o) (p) (q) (r) (s) (t) (u) (v) (w) (x) (y) (z)	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(417)	(365)
Total			746	899	46.537	29.695	1.835	1.722	(12.430)	(13.852)

(a) Valor referente ao plano de Previdência Complementar oferecido pela Sul América a todos os colaboradores; (b) Refere-se ao seguro de vida grupo entre empresas da Sul América e a Companhia; (c) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (d) Reembolso entre as empresas que compõem a Sul América referente ao aluguel de imóveis; (e) Valor referente aos dividendos a ser distribuído entre acionistas, titulares ou sócios; (f) Valor referente ao rateio e reembolso de despesas relativas a utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa; (g) Refere-se à taxa de administração a Controlada SAMI por serviços de gestão de ativos; (h) Refere-se ao reembolso às empresas da Sul América que pagaram seus funcionários com Plano Geral de Compras de Ações (stock options) de emissão da SASA; (i) Refere-se ao seguro saúde de funcionários e dirigentes calculados com base nas mesmas premissas atuariais utilizadas para os produtos grupais comercializados pela Sul América. 16.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Remuneração baseada em ações (a)	Total
2012				
Contas a pagar	-	-	1.405	1.405
Despesas	(3.872)	(113)	(668)	(4.653)
2011				
Contas a pagar	1.182	-	737	1.919
Despesas	(2.718)	(97)	(737)	(3.552)

(a) Referente a remuneração de executivos da Companhia, baseada em ações da SASA, conforme nota 3.9. 17. Compromissos e ônus a liquidar: 17.1. Outros créditos: Em 31/12/2012, o saldo de R\$11.015 (R\$9.861 em 2011) da rubrica "Outros Créditos", no ativo circulante, é composto basicamente por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$10.842 (R\$9.694 em 2011). 17.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 15.3. 17.3. Contrato de aluguel - São Paulo: Em 04/12/2011, a Companhia, CIA SAÚDE, SAÚDE e a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada "SALIC" renovaram o contrato de locação do imóvel em São Paulo, pelo prazo de 60 meses, que irá expirar em 03/12/2016. Durante esse prazo, as empresas se comprometeram a pagar mensalmente a quantia de R\$1.664, reajustada anualmente pela variação percentual acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 10% sobre este montante. 18. Depósitos judiciais e ações judiciais e tributárias: 18.1. Depósitos judiciais e fiscais:

Descrição	2012	2011
Fiscais:		
COFINS	19.859	18.711
PIS	37	37
Contribuição social	9.631	6.524
Imposto de renda	4.216	4.217
INSS	57.163	51.204
Outros	-	236
Subtotal	90.906	80.929
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	7.462	4.140
Ações cíveis	48.225	30.394
Subtotal	55.687	34.534
Total	146.593	115.463
Não Circulante	146.593	115.463

18.2. Movimentação das provisões para ações judiciais:

Descrição	Saldo em 01/01/2011	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/baixas	Saldo em 31/12/2011
Trabalhistas:					
Trabalhistas	3.985	424	(205)	(1.190)	3.014
Circulante	-	-	-	-	676
Não Circulante	-	-	-	-	2.338
Cíveis:					
Cíveis	32.487	6.423	(2.786)	(7.738)	28.386
Outros	-	408	-	(62)	346
Total	32.487	6.831	(2.786)	(7.800)	28.732
Circulante	-	-	-	-	7.102
Não Circulante	-	-	-	-	21.630
Tributárias:					
PIS	27	-	1	-	28
COFINS	14.480	430	1.265	-	16.175
CSLL	3.728	1.034	573	(618)	4.717
Imposto de renda	3.199	7	323	(908)	2.621
INSS	44.802	3.663	3.020	-	51.485
Outros	8.574	46	324	(8.790)	154
Total	74.810	5.180	5.506	(10.316)	75.180
Não Circulante	74.810	-	-	-	75.180
Total	111.282	12.435	2.515	(19.306)	106.926
Circulante	-	-	-	-	7.778
Não Circulante	-	-	-	-	99.148

Descrição	Saldo em 31/12/2011	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/baixas	Saldo em 31/12/2012
Trabalhistas:					
Trabalhistas	3.014	2.636	197	(327)	5.520
Circulante	676	-	-	-	941
Não Circulante	2.338	-	-	-	4.579
Cíveis:					
Cíveis	28.386	17.451	(2.030)	(6.492)	3

# Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.

C.N.P.J. Nº 01.704.513/0001-46

## 20.8.2. Receitas financeiras:

Descrição	2012	2011
Valorização de quotas de fundos de investimentos.....	574.044	542.171
Títulos de renda fixa - Privados.....	16.449	9.991
Títulos de renda fixa - Públicos.....	79.861	82.142
Operações de seguros.....	648	1.438
Juros e variação monetária sobre ações e depósitos judiciais.....	7.397	7.505
Outras.....	2.988	4.010
<b>Total</b> .....	<b>681.387</b>	<b>647.257</b>

## 20.8.3. Despesas financeiras:

Descrição	2012	2011
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados.....	(272.433)	(323.747)
Operações de seguros.....	(610)	(1.536)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações e obrigações fiscais.....	(4.635)	(5.451)
Atualização monetária e juros das provisões técnicas - Operações de previdência e VGBL.....	(308.199)	(234.923)
Outras.....	(2.430)	(2.489)
<b>Total</b> .....	<b>(588.307)</b>	<b>(568.146)</b>

## 20.9 Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2012 e 2011, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro (prejuízo) líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social.....</b>	<b>131.690</b>	<b>131.690</b>	<b>(18.804)</b>	<b>(18.804)</b>
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais.....	(32.923)	(19.754)	4.701	2.821
<b>Correntes:</b>				
<b>Adições:</b>				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(4.854)	(2.912)	-	(622)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos.....	-	-	(627)	(376)
Despesas não dedutíveis.....	(77)	(335)	(810)	(328)
Outras.....	(145)	(101)	(298)	(193)
	<b>(5.776)</b>	<b>(3.348)</b>	<b>(1.735)</b>	<b>(1.519)</b>
<b>Exclusões:</b>				
Resultado positivo de equivalência patrimonial.....	-	-	316	190
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	-	-	117	-
Reversão da redução ao valor recuperável de créditos tributários.....	77	46	-	-
Atualização de depósitos judiciais.....	1.124	674	1.479	887
Reversão despesas não dedutíveis.....	-	-	3.268	1.960
Encargos sobre participações nos lucros.....	484	290	592	356
Outras.....	-	-	1.098	216
	<b>1.685</b>	<b>1.010</b>	<b>6.870</b>	<b>3.609</b>
<b>Prejuízo fiscal e base negativa:</b>				
Constituições.....	-	-	(8.852)	(4.778)
Compensações.....	11.111	6.627	-	-
	<b>11.111</b>	<b>6.627</b>	<b>(8.852)</b>	<b>(4.778)</b>
<b>Redução de incentivos fiscais.....</b>	<b>955</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente ...</b>	<b>(24.948)</b>	<b>(15.465)</b>	<b>984</b>	<b>133</b>
Diferidos:				
Constituição/(reversão) - Crédito tributário prejuízo fiscal/base negativa	(11.111)	(6.627)	8.802	4.748
Constituição/(reversão) - Crédito tributário sobre diferenças temporárias.....	4.755	3.079	(2.322)	(701)
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais.....	(1.122)	(673)	(1.479)	(887)
Constituição - Crédito tributário sobre ações judiciais.....	-	480	-	-
Constituição - Crédito tributário sobre redução ao valor recuperável...	3	2	3	3
	<b>(7.475)</b>	<b>(3.739)</b>	<b>5.004</b>	<b>3.163</b>
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido...</b>	<b>(7.475)</b>	<b>(3.739)</b>	<b>5.004</b>	<b>3.163</b>
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social.....</b>	<b>(32.423)</b>	<b>(19.204)</b>	<b>5.988</b>	<b>3.296</b>
<b>Alíquota efetiva.....</b>	<b>25%</b>	<b>15%</b>	<b>32%</b>	<b>18%</b>
<b>Alíquota efetiva combinada.....</b>	<b>-</b>	<b>40%</b>	<b>-</b>	<b>50%</b>

## 21. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

Descrição	2012		2011	
	Base	Tributos Líquido	Base	Tributos Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda.....	10.663	(4.265)	6.398	932
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais.....	-	-	-	(373)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	-	-	-	109
Outros.....	-	-	668	-
<b>Menos</b>				
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	-	-	(129)	(778)
Resultado positivo de equivalência patrimonial.....	-	-	-	(1.264)
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais.....	-	-	(13.659)	(6.497)
Outros.....	-	-	(36)	-
<b>Atividades operacionais</b>				
Variação de aplicações.....	-	-	(2.174)	(654.145)
Variação de créditos das operações de seguros, resseguros e previdência complementar.....	-	-	(5.373)	(21.534)
Variação de outros créditos operacionais.....	-	-	(601)	354
Variação de ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas.....	-	-	672	135
Variação de títulos e créditos a receber.....	-	-	(1.850)	(5.425)
Variação de outros valores e bens e despesas antecipadas.....	-	-	-	573
Variação de custos de aquisição diferidos.....	-	-	(3.580)	(15.744)
Variação de contas a pagar.....	-	-	44.940	(4.089)
Variação de débitos de operações com seguros, resseguros e previdência complementar.....	-	-	25.779	18.247
Variação de depósitos de terceiros.....	-	-	(3.903)	4.544
Variação de provisões técnicas - Seguros.....	-	-	144.663	238.504
Variação de provisões técnicas - Previdência complementar.....	-	-	241.157	295.101
Variação de outros débitos e débitos diversos.....	-	-	16.801	1.837
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais.....</b>	<b>525.020</b>	<b>(157.789)</b>		

**23 - Evento subsequente:** Em 18/02/2013 foram publicadas várias normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, sendo as mais relevantes (a) as Resoluções CNSP Nº 280 e 283 de 30/01/2013, que tratam de subscrição e de capital de risco operacional, respectivamente, sendo que a norma de capital de risco operacional entra em vigor na data de publicação e a de subscrição tem prazo de adequação até 31/12/2013; e (b) Resolução CNSP Nº 281 de 30/01/2013 e Circular SUSEP Nº 462 de 31/01/2013, que institui regras para a constituição de provisões técnicas, com prazo de adequação até 31/12/2013. A Companhia está avaliando os impactos dessas normas.

**Conselho de Administração: Presidente:** Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas; **Vice-Presidente:** Arthur John Kalita. **Conselheiros:** Kevin Martins; Thomaz Luiz Cabral de Menezes; Carlos Infante Santos de Castro; Christian Frank; Fernando Alves Meira; Francisco Werneck de Albuquerque Maranhão; Marcelo Viveiros de Moura. **Diretoria: Presidente:** Thomaz Luiz Cabral de Menezes; **Vice-Presidentes:** Arthur Farne d'Amoed Neto; Matias Antonio Romano de Avila; Renato Bueno Terzi; **Diretores:** André Luiz Lauzana dos Santos; André Machado Caldeira; Bruno Peixoto de Alencar Sardinha; Carlos Alexandre Baldaque Guimarães; Carolina de Molla; Cristiano Donisete Barbieri; Emil Andery; Fabiane Reschke; Gilson Bochernitsan; José Fernando Conforto; Laenio Pereira dos Santos; Luciano Macedo de Lima; Luis Alberto Aguado Mourão; Marco Antonio Antunes da Silva; Marco Antonio Neves.

**Contador:** Mauro Reis d'Almeida - CRC - RJ 066.620/O-7.

**Atuário:** Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963

### Parecer atuarial

Com base em 31 de dezembro de 2012, elaboramos a Avaliação Atuarial das provisões técnicas, dos limites de retenção e dos demais aspectos atuariais da Companhia, conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 272/2004, na Resolução CNSP nº 135/2005 e Circular SUSEP nº 452/2012. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião técnica sobre a adequação dos pontos analisados. Nossos exames foram conduzidos de acordo com os princípios atuariais e compreenderam, principalmente, em: (a) verificar a adequação das provisões técnicas constituídas, considerando o regime de competência atuarial e bases realistas, segmentada pelas similaridades dos riscos, incluindo, quando possível, análises de testes de consistência das metodologias utilizadas; (b) avaliar a capacidade da Companhia em cumprir os seus compromissos com seus segurados, participantes e/ou beneficiários, efetuando projeções financeiras e atuariais dos contratos em vigor em 31 de dezembro de 2012; (c) verificar a adequação dos limites de retenção adotados; e (d) verificar a adequação dos ativos garantidores das provisões frente aos passivos. Com base em nossa Avaliação Atuarial, no que diz respeito às melhores práticas atuariais aplicáveis

e nos aspectos relevantes, somos da opinião que, em 31 de dezembro de 2012: (a) todas as provisões técnicas constituídas foram calculadas conforme legislação em vigor e, com bases realistas, são suficientes, incluindo a provisão de insuficiência de contribuições na carteira de negócios de previdência complementar e seguros de vida com cobertura de sobrevivência e a provisão de insuficiência de prêmios na carteira de negócios de seguros para honrar os compromissos da Companhia com os segurados, participantes e/ou beneficiários. (b) os resultados das projeções financeiras e atuariais dos negócios em vigor, incluindo a Provisão de Insuficiência de Prêmios, demonstram que a Companhia é capaz de honrar seus compromissos futuros com seus segurados, participantes e/ou beneficiários; (c) os limites de retenção adotados pela Companhia estão adequados; e (d) os ativos que dão cobertura às provisões técnicas encontram-se devidamente adequados ao comportamento esperado dos passivos. Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 2013. Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - Atuário Responsável Técnico - MIBA/MTPS/963. Renato Bueno Terzi - Vice-presidente de Previdência e Fundos.

### Resumo do relatório do Comitê de Auditoria - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias interna e independente, bem como com os representantes da Administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria ("Comitê"); • Constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias independente e interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Verificou que a auditoria interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade da auditoria interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e

das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis referendadas pela SUSEP e adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 29 da Resolução CNSP nº 118, de 22 de dezembro de 2004. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2013. Carlos José da Silva Azevedo - Presidente. Jorge Augusto Hirs Saab - Membro. Sergio Alfredo Diuana - Membro.

### Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento

do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2013

**KPMG** KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6-F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz  
Contador - CRC 1SP - 138600/O-7